



Painel de Cidadãos Europeus sobre mobilidade para fins de aprendizagem

Relatório final

Manuscript completed in November 2023

O presente documento não pode ser considerado uma tomada de posição oficial da Comissão Europeia.

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2023



© União Europeia, 2023

A política de reutilização dos documentos da Comissão Europeia é regida pela Decisão 2011/833/UE da Comissão, de 12 de dezembro de 2011, relativa à reutilização de documentos da Comissão (JO L 330 de 14.12.2011, p. 39). Salvo indicação em contrário, a reutilização do presente documento é autorizada ao abrigo da licença «Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)» da Creative Commons (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>). Tal significa que a reutilização é autorizada desde que seja feita uma menção adequada da origem do documento e que sejam indicadas eventuais alterações.

Todas as fotos © União Europeia

Print ISBN 978-92-68-09223-1 doi:10.2775/608096 NA-09-23-534-PT-C

PDF ISBN 978-92-68-09184-5 doi:10.2775/360292 NA-09-23-534-PT-N

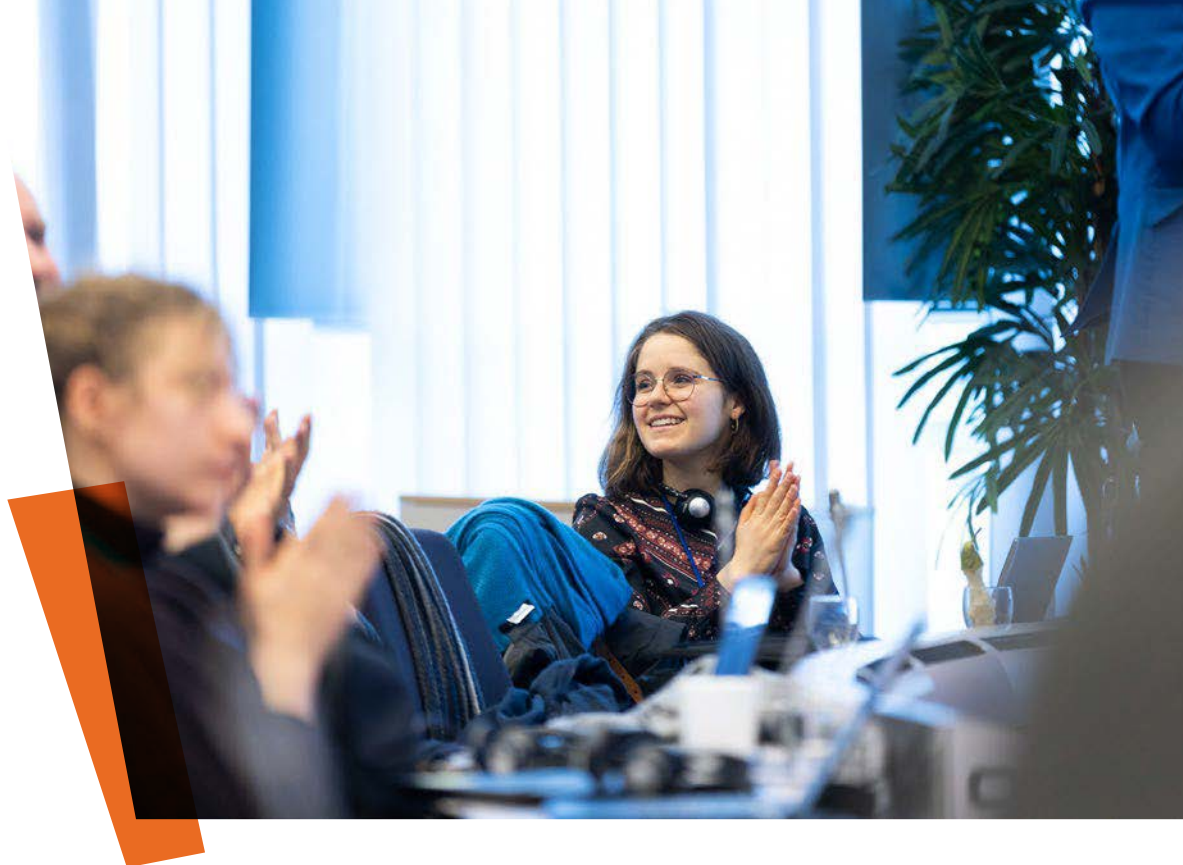
ÍNDICE

1. Introdução	2
2. Principais aspetos do Painel de Cidadãos Europeus sobre Mobilidade para Fins de Aprendizagem	5
2.1. Seleção aleatória e composição demográfica do painel.....	6
2.2. Comité Diretor.....	9
2.3. Comité do Conhecimento.....	10
2.4. Centro de Conhecimento e Informação.....	11
2.5. Oradores.....	11
2.6. Moderadores principais.....	13
2.7. Facilitadores.....	14
2.8. Observadores.....	15
3. Quadro metodológico e sessões individuais	18
3.1. Quadro metodológico.....	19
3.2. Sessão 1: Processo e resultados.....	20
3.3. Sessão 2: Processo e resultados.....	24
3.4. Sessão 3: Processo e resultados.....	26
4. Próximas etapas	33
Anexo: Recomendações integrais	36

1. Introdução

#LearningMobilityEU

European Citizens Panel
**learning
mobility**
Have Your Say
Agenda



Em 2023, a Comissão Europeia organizou três painéis de cidadãos europeus, um dos quais sobre mobilidade para fins de aprendizagem. Cada um reuniu até 150 cidadãos dos 27 Estados-Membros da União Europeia (UE) selecionados aleatoriamente para deliberar e formular recomendações antes de certas propostas-chave da Comissão. Os painéis cumprem o compromisso expresso na Comunicação de 17 de junho de 2022 intitulada «Conferência sobre o futuro da Europa: traduzir a visão estratégica em ações concretas»⁽¹⁾ e pela presidente Ursula von der Leyen durante o discurso sobre o estado da União de 2022. O Painel de Cidadãos Europeus sobre Mobilidade para Fins de Aprendizagem foi o segundo, com três sessões entre 3 e 5 de março, 24 e 26 de março e 28 e 30 de abril. Foi convocado no contexto dos trabalhos preparatórios da proposta de recomendação do Conselho sobre a mobilidade para fins de aprendizagem, a fim de informar a Comissão da perspectiva dos cidadãos e obter as suas recomendações.

«Mobilidade para fins de aprendizagem» é a expressão utilizado quando uma pessoa permanece no estrangeiro durante um determinado período para efeitos de aprendizagem, num ambiente como uma universidade, uma escola ou mesmo uma empresa, ou como parte de um intercâmbio de jovens. Atualmente, a mobilidade para fins de aprendizagem é uma componente essencial da educação moderna e um instrumento crucial

para promover a aprendizagem ao longo da vida, o desenvolvimento pessoal e a compreensão intercultural. No entanto, continuam a existir desafios significativos para garantir que a mobilidade para fins de aprendizagem seja acessível, inclusiva e eficaz para todos os aprendentes na União Europeia.

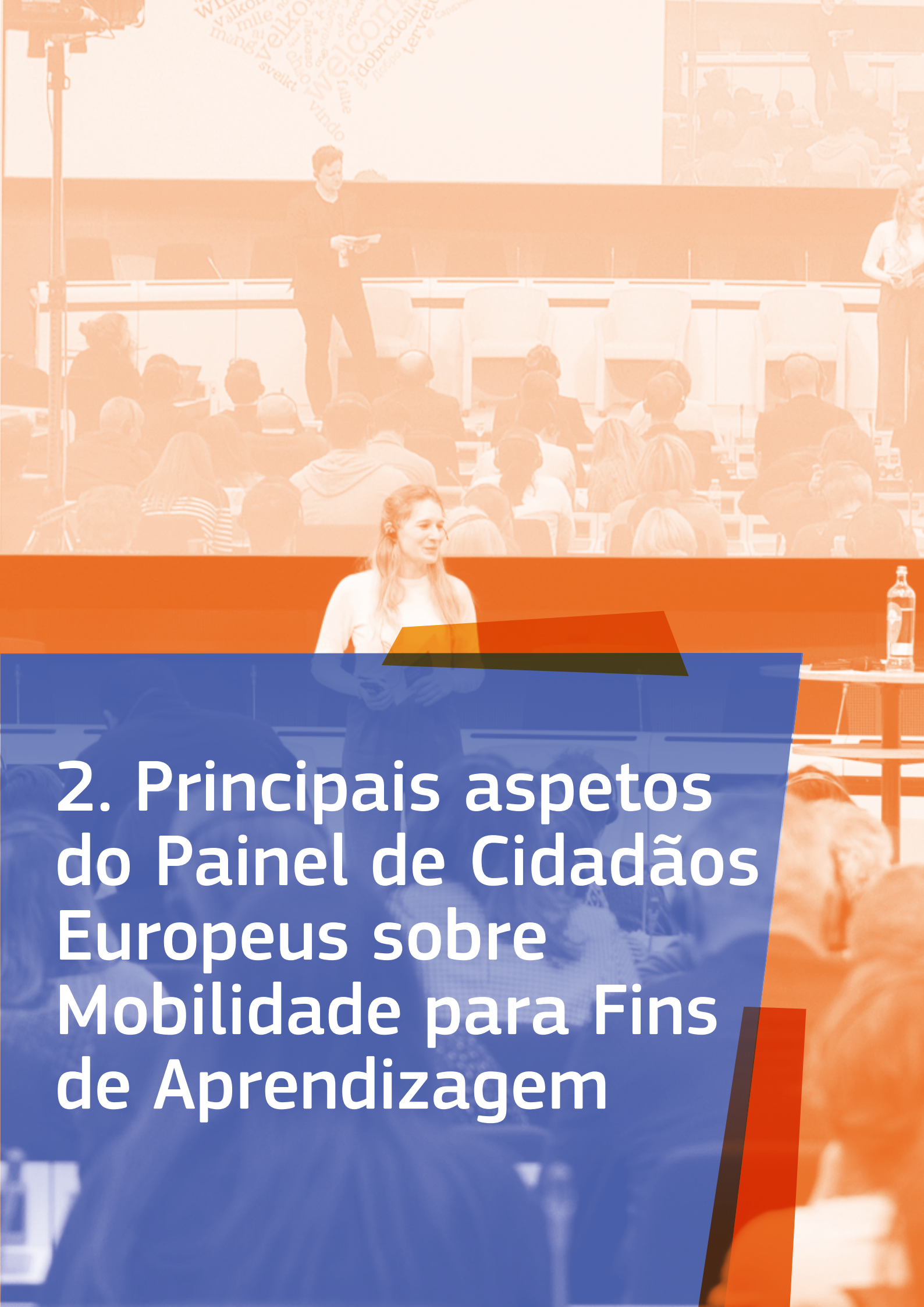
Reconhecendo estes desafios, a UE assumiu um papel ativo na promoção da mobilidade para fins de aprendizagem e no apoio aos Estados-Membros nos seus esforços para aumentar a participação. A estratégia da Comissão para o Espaço Europeu da Educação de 2025, por exemplo, estabelece objetivos ambiciosos para tornar as oportunidades de mobilidade para fins de aprendizagem uma realidade para todos e para o reconhecimento mútuo automático dos resultados de aprendizagem obtidos no estrangeiro. No entanto, para alcançar estes objetivos, é necessário dar resposta a desafios complexos em matéria de políticas relacionados com o financiamento, competências linguísticas, reconhecimento e integração social e cultural. A UE desempenha um papel fundamental na facilitação da cooperação e da coordenação entre os Estados-Membros e outras partes interessadas para enfrentar estes desafios e desenvolver soluções viáveis.

⁽¹⁾ Comissão Europeia (2022), Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões intitulada «Conferência sobre o Futuro da Europa: Traduzir a visão estratégica em ações concretas», COM(2022) 404 (<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52022DC0404>).



Em 2023, a Comissão decidiu apresentar uma nova proposta de política com o objetivo de promover a mobilidade para fins de aprendizagem para todos no Espaço Europeu da Educação. Neste contexto, convocou um painel de cidadãos europeus, convidando os participantes a responder à seguinte pergunta: «**Como podemos tornar as oportunidades de mobilidade para fins de aprendizagem uma realidade para todos?**» Os cidadãos foram convidados a identificar os principais obstáculos à mobilidade para fins de aprendizagem e o que é necessário fazer para a tornar uma realidade para todos.

Com fundamento em materiais de informação, contributos de peritos, bem como debates nos grupos de trabalho e sessões plenárias, os participantes no painel identificaram e estabeleceram as questões prioritárias relevantes para a nova proposta política da Comissão. Os contributos e conclusões do painel são resumidos no presente relatório e respetivo anexo. Este relatório resume as principais características do painel e apresenta o seu quadro metodológico, a forma como os debates foram facilitados, os resultados das três sessões e as próximas etapas. São ainda retirados ensinamentos e conclusões de todo o processo.



2. Principais aspetos do Painel de Cidadãos Europeus sobre Mobilidade para Fins de Aprendizagem

2.1. SELEÇÃO ALEATÓRIA E COMPOSIÇÃO DEMOGRÁFICA DO PAINEL

Os participantes no painel foram selecionados aleatoriamente, por esta ser uma abordagem justa, coerente e fiável de seleção de pessoas para estes processos participativos. Quando corretamente aplicada, a seleção aleatória pode aumentar a diversidade e a

representatividade. O recrutamento foi efetuado pela *Kantar Public* com o apoio de 27 agências nacionais de recrutamento. Na maioria dos países, os participantes foram recrutados por telefone, através da marcação aleatória de números. Em alguns outros países foram utilizados métodos diretos presenciais ou seleção aleatória a partir de um painel probabilístico em linha (apenas no Luxemburgo). A taxa média de aceitação foi de 5,15 %, com variações entre os países.

Quadro 1: Composição demográfica do painel

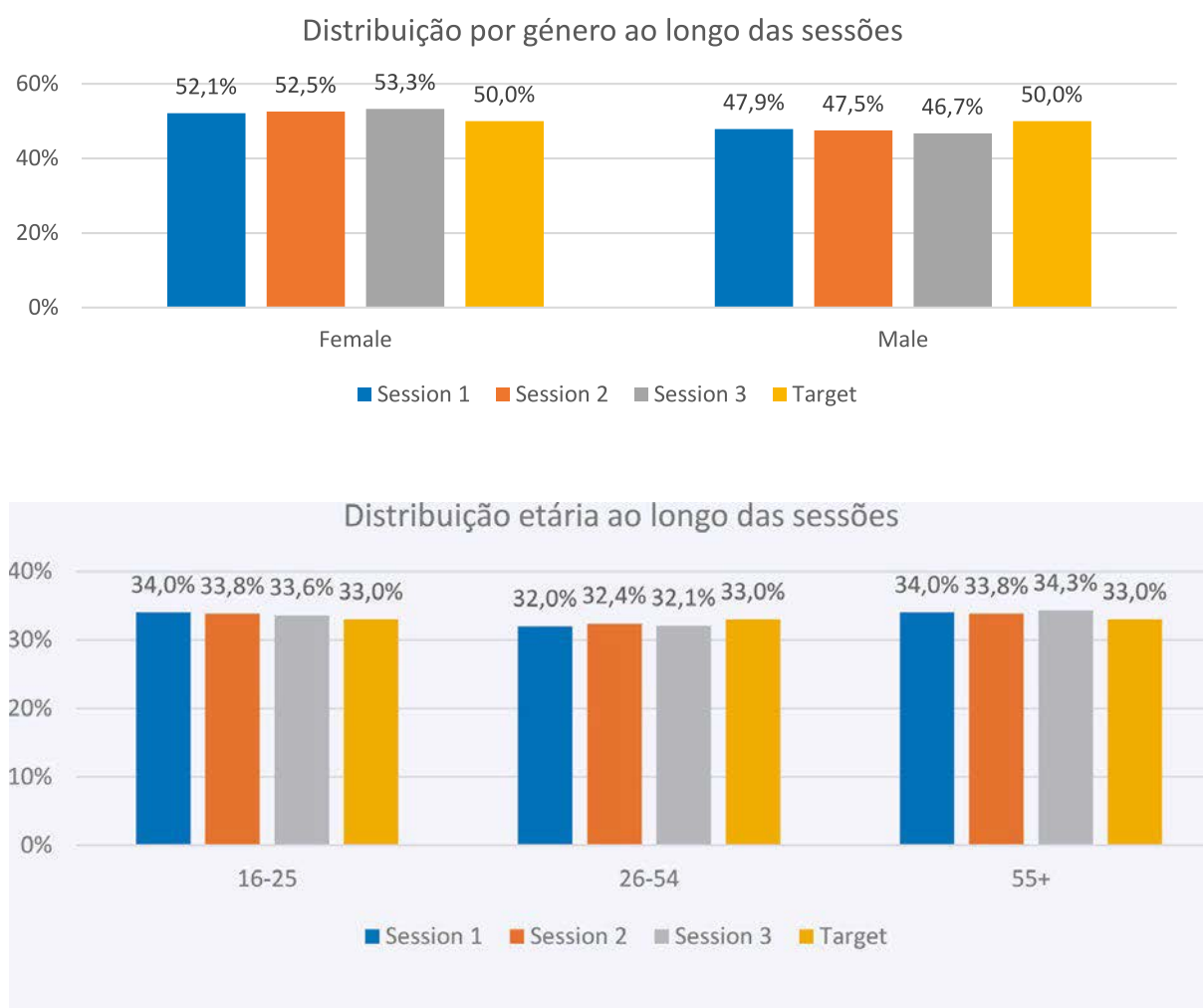
PAÍS	PARTICIPANTES VISADOS	PARTICIPANTES EFETIVOS		
		Sessão 1	Sessão 2	Sessão 3
Bélgica	5	4	4	4
Bulgária	4	4	4	4
Chéquia	5	5	5	5
Dinamarca	3	3	3	3
Alemanha	19	19	15	14
Estónia	2	2	2	2
Irlanda	3	3	3	3
Grécia	5	5	5	5
Espanha	12	12	12	11
França	15	15	15	14
Croácia	2	2	2	2
Itália	15	15	15	15
Chipre	2	2	2	2
Letónia	2	3	3	3
Lituânia	2	2	2	2
Luxemburgo	2	2	2	2
Hungria	5	5	5	5
Malta	2	2	1	1
Países Baixos	6	4	4	4
Áustria	4	4	3	4
Polónia	10	10	10	10
Portugal	5	4	4	4
Roménia	7	7	7	7
Eslovénia	2	2	2	2
Eslováquia	3	3	3	3
Finlândia	3	3	3	3
Suécia	5	4	3	3
Total	150	142	139	137

O quadro 1 apresenta uma panorâmica do número pretendido de membros do painel de cidadãos em todos os Estados-Membros da UE (quotas por país), bem como o número efetivo e a proporção por país de participantes por sessão. O objetivo foi alcançar um nível de representação dos Estados-Membros da UE que fosse proporcional à dimensão da sua população, garantindo um mínimo de dois cidadãos por país ⁽²⁾. Por outras palavras, foram fixadas metas elevadas para países com uma grande população, como a Alemanha (19 cidadãos), enquanto se convidaram dois cidadãos de Malta e dois do Luxemburgo. De modo geral, verificou-se um bom nível de participação que refletiu amplamente as metas fixadas. Em 22 dos 27 Estados-Membros, as metas de participação foram

atingidas. No total, dos 150 participantes visados, 142 cidadãos participaram em, pelo menos, uma das sessões.

A fim de assegurar que o painel refletia tanto quanto possível a diversidade da população da UE, as quotas específicas para os participantes foram definidas de acordo com as características sociodemográficas apresentadas na figura 1 (as percentagens efetivas de participantes referem-se aos 142 cidadãos que participaram em, pelo menos, uma das sessões). Uma exceção foi a decisão de sobrerrepresentar os jovens através do recrutamento de um terço do painel na faixa etária dos 16 aos 25 anos, apesar de esta categoria representar menos de 33 % da população da UE ⁽³⁾.

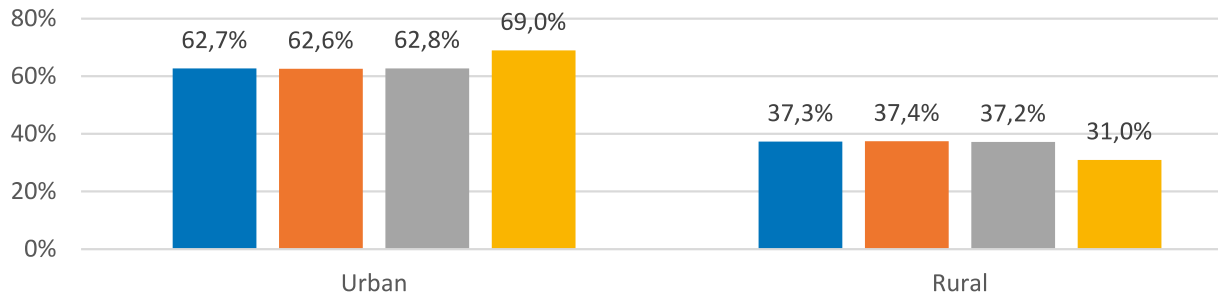
Figura 1: Número de participantes previstos e efetivos por sessão em quatro critérios sociodemográficos



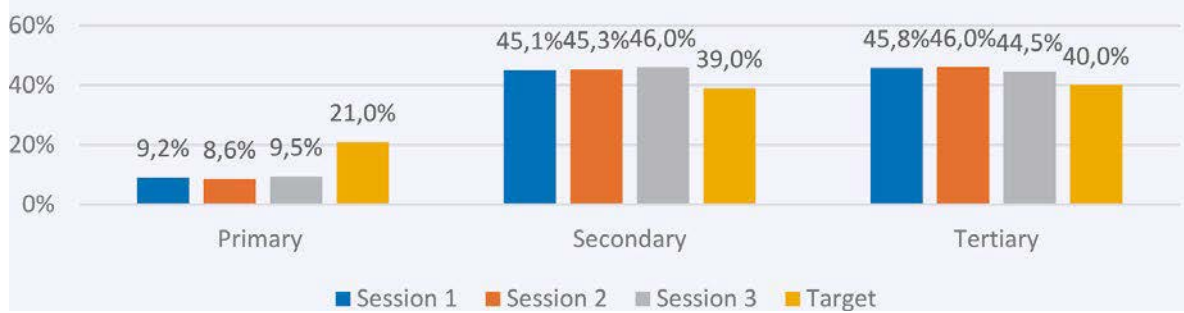
⁽²⁾ As quotas por país foram geradas através de um sistema de proporcionalidade degenerativa, também utilizado para calcular o número de lugares por Estado-Membro no Parlamento Europeu.

⁽³⁾ Este grupo etário representa 10,6 % da população da UE (Eurostat, 2022).

Distribuição dos participantes por tipo de área de residência



Distribuição dos participantes por nível de qualificações





2.2. COMITÉ DIRETOR

O Comité Diretor concebeu, organizou e conduziu o painel. Reuniu uma vez por semana para decidir sobre questões conceptuais e organizacionais, incluindo aspetos metodológicos, logísticos e orçamentais. O comité foi constituído por representantes da Comissão e contratantes. Em representação da Comissão, três Direções-Gerais (DG) contribuíram para os trabalhos do Comité Diretor: a Direção-Geral da Comunicação, responsável pela nova fase de participação dos cidadãos e, mais especificamente, pela metodologia e organização do painel; a Direção-Geral do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Inclusão, responsável pela política de educação e formação profissionais e de educação de adultos; e a Direção-Geral da Educação, da Juventude, do Desporto e da Cultura, responsável pela mobilidade para fins de aprendizagem, incluindo a próxima proposta da Comissão de recomendações do Conselho sobre este tema.

Os contratantes trabalharam em conjunto para conceber e implementar esta nova geração de painéis de cidadãos europeus. O recrutamento de cidadãos foi realizado pela *Kantar Public*. A *VO Europe* e a *MCI* encarregaram-se da comunicação e prestação de apoio aos cidadãos, bem como de todos os aspetos organi-

zacionais das três sessões. Além disso, uma Equipa de Deliberação internacional composta pela *ifok* (Alemanha), a *Missions Publiques* (França), a *Danish Board of Technology Foundation* (Dinamarca) e a *deliberativa* (Espanha), reuniu peritos para conceber e facilitar o processo deliberativo. Em conjunto com a DG Comunicação, os parceiros da Equipa de Deliberação combinaram os seus conhecimentos para conceptualizar o processo participativo global e a metodologia para cada sessão. Juntamente com as três DG, a Equipa de Deliberação foi responsável pela elaboração de um documento de síntese que define as competências do painel e pela criação de um Comité do Conhecimento, com funções consultivas. Além disso, com o apoio da DG Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão e da DG Educação, Juventude, Desporto e Cultura, recrutou e preparou os oradores que ajudaram os cidadãos a compreender a questão em toda a sua complexidade, respondendo às perguntas dos mesmos durante as três sessões. A Equipa de Deliberação coordenou também a comunicação com os cidadãos e com a equipa de apoio no local, foi responsável pela moderação principal e pela facilitação do trabalho em grupo, e assegurou a supervisão da comunicação dos resultados.



2.3. COMITÉ DO CONHECIMENTO

A participação de um Comité do Conhecimento, composto por peritos no domínio da mobilidade para fins de aprendizagem, reforçou a integridade do processo deliberativo, garantindo a qualidade, objetividade, diversidade e inteligibilidade das informações prestadas aos cidadãos. O Comité do Conhecimento encarregou-se da criação e disponibilização de conhecimento e competências especializadas, com a intenção de criar condições equitativas para todos os participantes e facilitar os debates entre estes. Isto foi alcançado com a elaboração de um *kit* de informação distribuído aos cidadãos antes da primeira sessão, entre outras iniciativas. O contributo concreto em matéria de políticas foi elaborado em estreita colaboração com o Comité Diretor.

O Comité do Conhecimento também ajudou a Equipa de Deliberação a identificar «sinais fracos» (por exemplo, ausência de debate), questões transversais e ângulos mortos nas deliberações dos cidadãos (por exemplo, potenciais sobreposições entre ideias e iniciativas da UE existentes e/ou domínios em que a ação proposta não era necessariamente apoiada por elementos de prova). Ambos participaram ainda na verificação de factos e responderam às perguntas dos cidadãos durante e após as sessões, com o apoio de um Centro de Conhecimento e Informação (CCI), que contou também com a participação de outros peritos da Comissão. Além disso, apoiaram os esforços da Equipa de Deliberação para agrupar os resultados da primeira sessão (sobre obstáculos à mobilidade para fins de aprendizagem inclusiva) em categorias principais de obstáculos, com base nos seus conhecimentos e experiência em matéria de mobilidade para fins de aprendizagem.

O Comité do Conhecimento foi composto por cinco membros selecionados pelo Comité Diretor, em função dos seguintes critérios: conhecimentos especializados abrangendo uma grande variedade de domínios de conhecimento; amplo reconhecimento, tanto entre as partes interessadas como entre pares, do seu conhecimento prático e experiência neste domínio; capacidade para compreender, reconhecer e comunicar diferentes pontos de vista sobre o tema, incluindo possíveis soluções de compromisso; e a diversidade em matéria de género, nacionalidade e filiações. Além disso, dois representantes da DG Educação, Juventude, Desporto e Cultura contribuíram com informações sobre as políticas da UE.

Os membros do Comité do Conhecimento foram:

- Gina Ebner, Associação Europeia para a Educação de Adultos;
- Mantas Pupinis, sócio e diretor de investigação, PPMI, Lituânia;
- Juan Rayón González, Rede de Estudantes Erasmus (ESN);
- Mika Saarinen, Agência Nacional para o Erasmus+, Finlândia;
- Beatriz Tourón, Agência Nacional para o Erasmus+, Espanha;
- Fabienne Metayer, chefe de setor, Unidade de Coordenação do Erasmus+, DG Educação, Juventude, Desporto e Cultura (membro rotativo);
- Giedrius Sudikas, responsável pelo Erasmus+, DG Educação, Juventude, Desporto e Cultura (membro rotativo).

2.4. CENTRO DE CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO

Foi criado um Centro de Conhecimento e Informação para responder a perguntas e pedidos de esclarecimento enviados pelos cidadãos ao longo das suas deliberações. O CCI incluiu peritos da DG Comunicação, DG Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão e DG Educação, Juventude, Desporto e Cultura, convidados a apresentar respostas sobre os seus respetivos domínios de intervenção, juntamente com membros do Co-

mité do Conhecimento e outros peritos. Ao longo das três sessões do painel, o CCI respondeu por escrito às questões colocadas pelos cidadãos. Na terceira sessão, os membros do CCI fizeram breves intervenções junto dos três grupos de trabalho, a fim de esclarecer quaisquer questões pendentes antes de os cidadãos formularem as suas recomendações finais.

2.5. ORADORES

Além dos membros do Comité do Conhecimento, várias partes interessadas e peritos foram convidados a partilhar os seus conhecimentos especializados e experiências no que diz respeito à mobilidade para fins de aprendizagem, bem como a responder às perguntas dos cidadãos. Os oradores apresentaram os diferentes setores da mobilidade para fins de aprendizagem (mobilidade escolar, mobilidade dos jovens, mobilidade dos estudantes, ensino e formação profissionais e mobilidade de adultos). Forneceram informações sobre os programas de mobilidade existentes à escala nacional e da UE, os desafios enfrentados pelos

diferentes grupos no acesso à mobilidade para fins de aprendizagem e possíveis medidas para melhorar esse acesso, tanto ao nível dos Estados-Membros como da UE. Destacaram igualmente soluções de compromisso entre estas medidas e partilharam com os cidadãos os seus comentários sobre o trabalho por eles realizado. O Comité do Conhecimento assegurou que as informações apresentadas aos cidadãos eram equilibradas, adequadas e suficientemente representativas das principais posições dos decisores políticos e das partes interessadas na UE. Os oradores são apresentados a seguir.



Quadro 2: Lista de oradores durante as três sessões

SESSÃO 1	
Peritos da Comissão Europeia	Mariya Gabriel , <i>comissária responsável pela Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude (até maio de 2023)</i>
	Pia Ahrenkilde Hansen , <i>diretora-geral, DG Comunicação</i>
	Richard Kühnel , <i>diretor, Representação e Comunicação nos Estados-Membros, DG Comunicação</i>
	Ute Haller-Block , <i>chefe de unidade, DG Educação, Juventude, Desporto e Cultura</i>
	Jutta König-Georgiades , <i>Unidade do Diálogo com os Cidadãos, DG Comunicação</i>
Peritos e profissionais externos	Gina Ebner , <i>secretária-geral da Associação Europeia para a Educação de Adultos</i>
	Ismael Páez Civico , <i>Fórum Europeu da Juventude</i>
	Juan Rayón González , <i>presidente da Rede de Estudantes Erasmus</i>
	Mika Saarinen , <i>diretor da Agência Nacional Finlandesa para o Erasmus+ (EDUFI)</i>
	Beatriz Tourón Torrado , <i>conselheira para a Educação, Agência Nacional Espanhola para o Erasmus+ (SEPIE)</i>
SESSÃO 2	
Peritos da Comissão Europeia	Sophia Eriksson Waterschoot , <i>diretora para a Juventude, Educação e Erasmus+, DG Educação, Juventude, Desporto e Cultura</i>
	Ute Haller-Block , <i>chefe de unidade, DG Educação, Juventude, Desporto e Cultura</i>
Bloco transversal	Mantas Pupinis , <i>diretor de investigação no PPMI e gestor de projeto do estudo em curso «Study on supporting learning mobility: progress, obstacles and the way forward»</i>
	Mika Saarinen , <i>diretor da Agência Nacional Finlandesa para o Erasmus+ (EDUFI)</i>
Bloco temático 1: «Superar desafios, obstáculos e dilemas individuais e comportamentais»	Gregorio Blanco Martin , <i>chefe do Departamento de Inglês e coordenador Erasmus, IES Gabriel Alonso de Herrera</i>
	Irina Ferencz , <i>diretora da Associação de Cooperação Académica</i>
	Wim Gabriels , <i>diretor e coordenador de Inclusão Social e Participação na Mobilidade, Rede de Estudantes Erasmus</i>
	Christoph van Mol , <i>professor assistente, Universidade de Tillburg</i>
Bloco temático 2: «Superar desafios, obstáculos e dilemas contextuais e ambientais»	Gina Ebner , <i>secretária-geral da Associação Europeia para a Educação de Adultos</i>
	Ewa Krzaklewska , <i>professora adjunta da Universidade Jagiellonian</i>
	Ruben Sansom , <i>coordenador da Mobilidade Limpa, Geração Clima Europa</i>
	Brikena Xhomaqi , <i>diretora da Plataforma de Aprendizagem ao Longo da Vida</i>
Bloco temático 3: «Superar desafios, obstáculos e dilemas institucionais e relacionados com as políticas»	Vito Borelli , <i>chefe de equipa, DG Educação, Juventude, Desporto e Cultura</i>
	Audrey Frith , <i>diretora da Eurodesk Brussels Link</i>
	Søren Kristensen , <i>consultor, Techne</i>
	Chiara Riondino , <i>chefe de unidade, DG Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão</i>

SESSÃO 3	
Peritos da Comissão Europeia	Nicolas Schmit , <i>comissário do Emprego e Direitos Sociais</i>
	Sophia Eriksson Waterschoot , <i>diretora para a Juventude, Educação e Erasmus+, DG Educação, Juventude, Desporto e Cultura</i>
	Colin Scicluna , <i>chefe de gabinete da vice-presidente Dubravka Šuica</i>
	Ute Haller-Block , <i>chefe de unidade, Unidade de Coordenação do Erasmus+, DG Educação, Juventude, Desporto e Cultura</i>
	Fabienne Metayer , <i>chefe de setor, DG Educação, Juventude, Desporto e Cultura</i>
Peritos e profissionais externos	Marta Gutierrez Benet , <i>chefe de setor, DG Educação, Juventude, Desporto e Cultura</i>
	Kostis Giannidis , <i>antigo presidente, Rede de Estudantes Erasmus</i>
	Juliette Ibarrondo Lasa , <i>Federação Europeia para a Aprendizagem Intercultural</i>
	Davide Muraro , <i>Associação Europeia para a Educação de Adultos</i>
	Mantas Pupinis , <i>diretor de investigação no PPMI e gestor de projeto do estudo «Study on supporting learning mobility: progress, obstacles and the way forward»</i>
	Mika Saarinen , <i>diretor da Agência Nacional Finlandesa para o Erasmus+ (EDUFI)</i>
	Beatriz Tourón Torrado , <i>conselheira para a Educação, Agência Nacional Espanhola para o Erasmus+ (SEPIE)</i>

2.6. MODERADORES PRINCIPAIS

Dois moderadores principais guiaram os cidadãos ao longo das três sessões e orientaram os debates na sessão plenária. Forneceram informações sobre o objetivo geral do painel e a metodologia de cada sessão, bem como sobre os aspetos organizacionais. Os moderadores principais mediaram ainda os debates entre os oradores especializados, asseguraram que os conhecimentos eram transmitidos de forma justa e imparcial

durante os debates e coordenaram sessões de perguntas e respostas entre peritos e cidadãos. Além disso, reuniram todos os resultados nas reuniões plenárias finais de cada sessão. Os moderadores principais foram:

- Camille Dobler (*Missions Publiques*);
- Malte Frøslee Ibsen (*Fundação Dinamarquesa para a Tecnologia*).



2.7. FACILITADORES

Os cidadãos dividiram-se em 12 grupos de trabalho, cada um deles facilitado e assistido por dois membros da Equipa de Deliberação: um facilitador experiente e um assistente. O papel dos facilitadores consistiu em liderar os debates nas sessões dos grupos de trabalho e garantir um fluxo de trabalho harmonioso. Para tal:

- estabeleceram uma atmosfera agradável e de respeito mútuo, promovendo um contributo equilibrado por parte de todos os participantes;
 - garantiram que todos os cidadãos estivessem informados sobre o processo global e orientaram os cidadãos no trabalho em grupo;
 - asseguraram a consecução dos objetivos das sessões de cada grupo de trabalho, ajudando, por exemplo, a identificar conflitos e desacordos entre os cidadãos e promovendo o debate e o consenso;
 - controlaram o tempo, tomaram notas e consolidaram os resultados da deliberação em documentos de trabalho multilingues e interligados;
- associaram os pedidos apresentados pelos cidadãos nos grupos de trabalho à equipa de apoio ou aos peritos (através da recolha de observações ou perguntas pendentes, por exemplo);
 - participaram em sessões de informação com a Equipa de Deliberação.

Estes facilitadores foram contratados pela *ifok*, pela *Missions Publiques* ou pela *Danish Board of Technology Foundation*. Durante os debates nos grupos de trabalho, os facilitadores foram apoiados por assistentes de facilitação, maioritariamente estudantes e estagiários sediados em Bruxelas. Todos os facilitadores e assistentes seguiram instruções comuns fornecidas num guia de facilitação e num documento de implantação (um por sessão). Participaram em duas reuniões de informação e formação específicas antes de cada sessão.



2.8. OBSERVADORES

Um número limitado de observadores foi autorizado a acompanhar o trabalho do painel. O objetivo era proporcionar transparência e visibilidade a este formato democrático inovador, preservando em simultâneo um espaço seguro para os cidadãos participantes, um aspeto fundamental para um ambiente de debate fiável. Os observadores foram autorizados a participar e a acompanhar os debates nas sessões plenárias e nos grupos de trabalho. Foi autorizado um número máximo de três observadores por cada grupo de trabalho.

Os observadores internos vieram também dos parceiros e instituições organizadores (por exemplo, pessoal interno do Secretariado-Geral, da DG Comunicação, da DG Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão e da DG Educação, Juventude, Desporto e Cultura). Os observadores externos incluíram investigadores (de universidades ou grupos de reflexão), intervenientes da sociedade civil, representantes dos meios de comunicação social e outras partes interessadas. Estes observadores externos só puderam realizar entrevistas para fins de investigação, com o consentimento dos cidadãos em causa e se tal não impedisse o trabalho dos painéis.









3. Quadro metodológico e sessões individuais

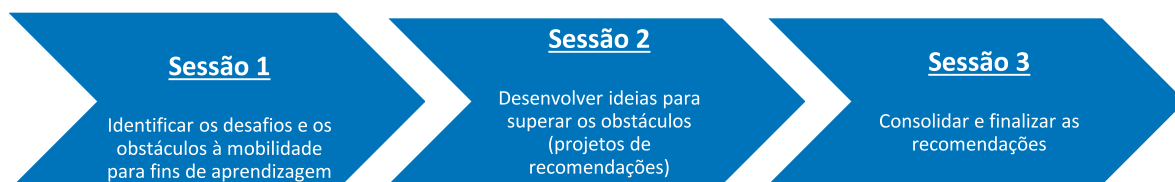


3.1. QUADRO METODOLÓGICO

O painel consistiu em três sessões com objetivos diferentes.

- Na primeira sessão (presencial, em Bruxelas), a questão em apreço foi apresentada aos participantes, que puderam conhecer-se e desenvolver um sentido de comunidade e confiança entre si. Ouviram os contributos iniciais de peritos e, em seguida, foram convidados a identificar grupos-alvo para a mobilidade para fins de aprendizagem. Posteriormente, recolheram e hierarquizaram os desafios e obstáculos ao acesso à mobilidade para fins de aprendizagem, com a ajuda de um exercício de criação de perfis-tipo, um método comum de pensamento concetivo (*design thinking*). Por outras palavras, foi-lhes solicitado que «saíssem de si próprios», criando e descrevendo diversas personagens fictícias que representassem cidadãos típicos ou atípicos da UE, e que refletissem sobre as oportunidades e os obstáculos que estes poderiam enfrentar no que à mobilidade para fins de aprendizagem diz respeito.
- A segunda sessão foi realizada em linha e destinou-se a uma compreensão mais aprofundada da questão. O principal objetivo da sessão foi o de incentivar o intercâmbio de ideias e perspetivas entre os participantes, identificar os domínios de consenso e desacordo e formular as primeiras ideias para recomendações em três blocos temáticos distintos.
- A terceira e última sessão (presencial, em Bruxelas) foi dedicada à formulação das recomendações com base nas ideias e conhecimentos adquiridos nas duas primeiras sessões, com o apoio e contributos adicionais dos peritos. A terceira sessão assegurou a formulação de recomendações concretas que pudessem ser transmitidas à Comissão e partilhadas com as partes interessadas pertinentes.

Figura 2: Fluxo metodológico geral do Painel de Cidadãos Europeus sobre mobilidade para fins de aprendizagem



Ao longo das sessões do painel, houve tempo suficiente para a consolidação dos grupos e a troca de ideias entre os participantes, tanto durante as sessões plenárias como durante o trabalho de grupo. A estrutura das sessões foi concebida para incentivar a interação entre os participantes e garantir que todos pudessem exprimir as suas opiniões. Tendo em conta o contexto multilingue do painel de cidadãos, recorreu-se ao apoio

de serviços de interpretação para que os cidadãos pudessem sempre falar na sua língua materna. Os grupos de trabalho foram constituídos de forma que se garantisse uma diversidade geográfica suficiente, com cada grupo a incluir participantes tanto de países maiores como mais pequenos e um máximo de cinco línguas diferentes. Os facilitadores tiveram a possibilidade de conduzir o debate na sua língua materna ou em inglês.

3.2. SESSÃO 1: PROCESSO E RESULTADOS

A primeira sessão aconteceu em Bruxelas, entre 3 e 5 de março de 2023, e apresentou o tema e o contexto do painel. Os cidadãos conheceram-se e aprenderam as regras do debate construtivo. Em seguida, procuraram compreender os grupos-alvo para uma maior mobilidade para fins de aprendizagem na Europa e os desafios que se colocam à consecução deste objetivo. Os representantes da Comissão e os oradores externos ajudaram os cidadãos a compreender melhor os

programas existentes e alguns dos desafios que obstam a que as oportunidades de mobilidade para fins de aprendizagem sejam uma realidade para todos. O objetivo da primeira sessão era partilhar e cartografar experiências pessoais com a mobilidade para fins de aprendizagem, definir grupos-alvo e identificar obstáculos às atividades de mobilidade para fins de aprendizagem que os cidadãos considerassem pertinentes para futuros debates nas próximas sessões.

Dia 1 (sexta-feira, 3 de março)

No primeiro dia, foram dadas as boas-vindas aos cidadãos pelos moderadores principais e por duas representantes da Comissão: **Mariya Gabriel** (então comissária responsável pela Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude) e **Pia Ahrenkilde Hansen** (Diretora-Geral da DG Comunicação). Salientaram a importância do painel e apresentaram a visão da UE para o setor da educação e da formação. Seguidamente, os moderadores principais apresentaram aos cidadãos o programa da primeira sessão, bem como das seguintes. Após alguns jogos para «quebrar o gelo», **Jutta König-Georgiades** (DG Comunicação) apresentou sucintamente os órgãos da UE e o processo de decisão e legislativo. Em seguida, **Ute Haller-**

-Block (DG Educação, Juventude, Desporto e Cultura) apresentou em pormenor o tema do painel. A mobilidade para fins de aprendizagem foi ainda explorada do ponto de vista das experiências dos próprios cidadãos com aprendizagem e formação no seu país e no estrangeiro, e das suas «oportunidades perdidas» de mobilidade para fins de aprendizagem. Os membros do Comité do Conhecimento comentaram e abordaram de forma mais detalhada experiências individuais, partilhando também contributos mais gerais sobre os diferentes tipos de mobilidade para fins de aprendizagem: mobilidade escolar, mobilidade dos jovens, ensino e formação profissionais no estrangeiro, mobilidade de adultos e mobilidade de estudantes.



Mariya Gabriel dando as boas-vindas aos cidadãos.

Dia 2 (sábado, 4 de março)

No segundo dia, os cidadãos foram divididos em 12 grupos de trabalho paralelos com interpretação simultânea, cuja mediação esteve a cargo de facilitadores experientes. Cada grupo de trabalho apresentou o seu conteúdo em folhas de cálculo multilíngues visíveis para todos. Os cidadãos começaram por partilhar experiências passadas e atuais de mobilidade para fins de aprendizagem e refletiram na definição e nos diferentes tipos de mobilidade para fins de aprendizagem. A seguir, debateram os grupos-alvo da mobilidade para fins de aprendizagem e desenvolveram uma noção dos perfis-tipo que mais poderiam beneficiar de uma maior mobilidade para fins de aprendizagem. Cada grupo desenvolveu 2-6 perfis-tipo representando esses grupos-alvo. Os perfis-tipo foram utilizados

para definir desafios e obstáculos para os principais grupos-alvo. Os grupos debateram igualmente as tendências futuras e os desenvolvimentos sociais suscetíveis de afetar a mobilidade para fins de aprendizagem. Além disso, começaram a debater soluções viáveis e facilitadores. Ao longo do dia, os cidadãos puderam fazer perguntas aos peritos do Centro de Conhecimento e Informação. Depois de terminados os trabalhos no sábado, os membros do Comité do Conhecimento e outros peritos no local, juntamente com membros da Equipa de Deliberação, reuniram um total de 54 perfis-tipo desenvolvidos nos grupos de trabalho, o que resultou na emergência de 12 grupos distintos de perfis.



Dia 3 (domingo, 5 de março)

No terceiro dia, cada grupo de participantes recebeu um grupo de perfis-tipo (havia dois a sete perfis-tipo por grupo). Cada perfil-tipo tinha uma imagem gerada pelo programa de inteligência artificial (IA) DALL-E, que se baseava nas descrições demográficas feitas pelos grupos. A última etapa dos grupos de trabalho consistiu em resumir e identificar os desafios e obstáculos transversais para o respetivo grupo de perfis-tipo em observação. Os cidadãos prepararam-se também para a segunda sessão, reunindo perguntas e necessidades de contributos. Na sessão plenária de encerramento,

os porta-vozes dos 12 grupos de trabalho apresentaram os principais obstáculos à mobilidade para fins de aprendizagem, que foram posteriormente agrupados em conselho pelo porta-voz e pelos moderadores principais. Na sequência das apresentações, os peritos apresentaram reações e observações sobre o trabalho do painel. As observações finais e o encerramento foram assegurados por **Richard Kühnel** (diretor da «Representação e Comunicação nos Estados-Membros» da Direção-Geral da Comunicação da Comissão Europeia).



A agenda completa da primeira sessão é apresentada a seguir.

Sexta-feira (3 de março de 2023)	PLENÁRIO
14h30 – 15h00	Discurso de boas-vindas e intervenções introdutórias: — Mariya Gabriel , comissária da Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude — Pia Ahrenkilde Hansen , diretora-geral, DG Comunicação
15h00 – 15h40	Introdução ao painel de cidadãos: porque estamos aqui?
15h40 – 15h55	Fotografia de grupo
15h55 – 16h15	Introdução ao tema I do painel (reflexão sobre as próprias experiências)
16h15 – 16h45	Pausa para café
16h45 – 18h30	Introdução ao tema II do painel (partilha de experiências e debate)
Sábado (4 de março de 2023)	GRUPOS DE TRABALHO
09h30 – 11h00	Conhecer os participantes: valores e experiências da mobilidade para fins de aprendizagem
11h00 – 11h30	Pausa para café
11h30 – 13h00	Mobilidade para fins de aprendizagem para todos: identificação de grupos-alvo
13h00 – 14h30	Intervalo para almoço
14h30 – 16h15	Identificar os atuais desafios e obstáculos
16h15 – 16h45	Pausa para café
16h45 – 18h00	Explorar as tendências futuras
Domingo (5 de março de 2023)	GRUPOS DE TRABALHO E SESSÃO PLENÁRIA
09h30 – 11h00	Grupos de trabalho: preparação para a sessão plenária e recolha de perguntas
11h00 – 12h00	Pausa para café e transferência dos grupos para salas de reunião
12h00 – 13h20	Sessão plenária: Apresentações pelos grupos, reações, perguntas e respostas e debate
13h20 – 13h40	Encerramento e informação sobre as próximas sessões

3.3. SESSÃO 2: PROCESSO E RESULTADOS

A segunda sessão do painel realizou-se em linha de 24 a 26 de março de 2023. O objetivo era que os cidadãos articulassem soluções para superar os desafios e os obstáculos identificados na sessão 1 e elaborassem recomendações para tornar a mobilidade para fins de aprendizagem mais inclusiva. Para estruturar o trabalho da sessão, os 36 desafios e obstáculos à mobilidade para fins de aprendizagem recolhidos na primeira sessão foram agrupados em três blocos temáticos pelo Comité do Conhecimento.

→ **Bloco temático 1:** Superar os desafios **individuais e comportamentais**, os obstáculos e os dilemas (barreiras pessoais, psicológicas e de tomada de decisões);

→ **Bloco temático 2:** Superar os desafios **contextuais e ambientais**, os obstáculos e os dilemas (barreiras culturais, sociais e linguísticas);

→ **Bloco temático 3:** Superar os desafios **institucionais e relacionados com as políticas**, os obstáculos e os dilemas (acesso à informação, barreiras económicas e financeiras).

Funcionários da Comissão e vários oradores externos apresentaram os contributos dos cidadãos sobre estes obstáculos, bem como possíveis soluções para os resolver, dando especial atenção aos dilemas e soluções de compromisso existentes entre eles. Na sequência de um processo iterativo de «análise pelos pares», em que os cidadãos dos 12 grupos de trabalho analisaram o trabalho uns dos outros, apresentaram 45 projetos de recomendações.

Dia 1 (sexta-feira, 24 de março)

No primeiro dia, os cidadãos foram acolhidos na sessão em linha pelos moderadores principais e por **Sophia Eriksson Waterschoot** (DG Educação, Juventude, Desporto e Cultura). Posteriormente, **Ute Haller-Block** (DG Educação, Juventude, Desporto e Cultura) refletiu sobre os resultados da primeira sessão e especificou quais as expectativas da Comissão em relação ao painel. **Mantas Pupinis** (PPMI) foi então convidado a explicar de que forma o Comité do Conhecimento agregou os resultados da primeira sessão em três blocos temáticos. Apresentou uma primeira panorâmica dos dilemas e soluções de compromisso subjacentes a estes desafios, tal como identificados pelo Comité do Conhecimento. Complementando esta primeira ronda de contributos, **Mika Saarinen** (EDUFI) forneceu aos cidadãos informações sobre o programa Erasmus+ e outros programas existentes de mobilidade para fins de aprendizagem, a fim de contextualizar o trabalho do painel. Em três reuniões

do painel, quatro oradores analisaram cada um dos blocos temáticos, apresentando perspetivas diferentes e uma panorâmica de possíveis soluções, dilemas e perguntas. No final de cada debate, os cidadãos tiveram a oportunidade de fazer perguntas. Por último, os moderadores principais delinearão a agenda do fim de semana e recordaram o objetivo geral do painel.



Dia 2 (sábado, 25 de março)

No segundo dia, os cidadãos foram divididos em 12 grupos de trabalho paralelos com interpretação simultânea e mediação a cargo de facilitadores experientes. Os anotadores documentaram o processo em folhas de cálculo multilingues, permitindo aos participantes acompanhar os conteúdos produzidos pelo seu grupo nas suas línguas maternas. Todos os grupos iniciaram o dia explorando o primeiro bloco temático — superar os obstáculos psicológicos e comportamentais. Chegaram a acordo sobre elementos transversais a ter em conta aquando da elaboração de recomendações

destinadas a superar os desafios contextuais (bloco temático 2) e os desafios institucionais e políticos (bloco temático 3). Em seguida, cada grupo de trabalho elaborou, no máximo, dois projetos de recomendações para cada um dos dois blocos temáticos. Durante a tarde, cada grupo enviou um embaixador a outro grupo de trabalho para apresentar os seus projetos de recomendações e recolher as suas reações. Ao longo do dia, os cidadãos puderam fazer perguntas aos peritos do Centro de Conhecimento e Informação, respondidas no sábado à tarde ou no domingo de manhã.

Dia 3 (domingo, 26 de março)

Na manhã de domingo, os grupos de trabalho integraram as reações dos outros grupos e as respostas dos peritos. Daí resultaram 45 projetos de recomendações em 12 grupos de trabalho. Para a reunião plenária final seguinte, cada grupo selecionou um porta-voz que apresentou duas das recomendações do seu grupo a todo o painel. Na sequência destas apresentações, os cidadãos ouviram as reações de **Mika Saarinen** (EDUFI) e de **Ute Haller-Block** (DG Educação, Ju-

ventude, Desporto e Cultura) sobre as suas ideias. Os cidadãos puderam colocar questões a estes dois oradores e partilhar os seus próprios comentários sobre a sessão em curso, com o apoio de três perguntas em Slido. Por último, os cidadãos receberam uma panorâmica da última sessão e das próximas etapas.

A agenda completa da segunda sessão é apresentada a seguir.

Sexta-feira (24 de março de 2023)	PLENÁRIO
14h30 – 14h50	Boas-vindas, apresentação dos resultados sessão 1 e da agenda da sessão 2
14h50 – 15h35	Passar dos obstáculos para as soluções de mobilidade para fins de aprendizagem para todos Oradores da Comissão e do Comité do Conhecimento
15h35 – 15h55	Intervalo
15h55 – 16h40	Bloco temático 1: Superar as barreiras pessoais e psicológicas Entrevistas com peritos e perguntas e respostas
16h40 – 17h20	Bloco temático 2: Superar as barreiras culturais, sociais e linguísticas Entrevistas com peritos e perguntas e respostas
17h20 – 17h40	Intervalo
17h40 – 18h20	Bloco temático 3: Superar os obstáculos relacionados com a informação, a economia e as finanças Entrevistas com peritos e perguntas e respostas
18h20 – 18h30	Próximas etapas e observações finais
Sábado (25 de março de 2023)	GRUPOS DE TRABALHO
09h30 – 09h45	Criação dos grupos/momento de convívio
09h45 – 11h00	Período 1: Trabalho do grupo sobre projetos de recomendações (bloco temático 1)
11h00 – 11h30	Intervalo
11h30 – 13h00	Período 2: Trabalho do grupo sobre projetos de recomendações (blocos temáticos 2 e 3)
13h00 – 14h30	Intervalo para almoço
14h30 – 16h00	Período 3: Trabalho do grupo sobre projetos de recomendações (blocos temáticos 2 e 3)
16h00 – 16h30	Intervalo
16h30 – 18h00	Período 4: Apresentação das reações entre grupos
Domingo (26 de março de 2023)	GRUPO DE TRABALHO
09h30 – 11h15	Período 5: Consolidação dos projetos de recomendações
11h15 – 1h30	Intervalo
	Plenário
11h30 – 12h40	Apresentações dos grupos e reações
12h40 – 12h55	Intervalo
12h55 – 13h20	Reações dos peritos sobre o trabalho realizado na sessão 2, interação e pergunta e respostas
13h20 – 13h30	Conclusão e observações finais

3.4. SESSÃO 3: PROCESSO E RESULTADOS

Antes da terceira sessão, os 45 projetos de recomendações dos cidadãos foram agrupados em temas semelhantes (por exemplo, aprendizagem de línguas, informação e sensibilização, incentivo às empresas e aos trabalhadores) e atribuídos aos 12 grupos de trabalho. Ao mesmo tempo, os peritos e as pessoas-recurso apresentaram por escrito as suas reações

sobre cada recomendação. Durante a terceira e última sessão, os cidadãos integraram estas reações e as dos outros grupos de trabalho, reuniram ideias semelhantes e finalizaram as recomendações. Para concluir a sessão, os cidadãos manifestaram o seu grau de acordo com cada recomendação num processo de avaliação final em sessão plenária.



Dia 1 (sexta-feira, 28 de abril)

No primeiro dia desta última sessão, todos os cidadãos foram novamente recebidos pelos moderadores principais, **Nicolas Schmit** (comissário do Emprego e Direitos Sociais) e **Sophia Eriksson Waterschoot** (DG Educação, Juventude, Desporto e Cultura). Após os discursos de boas-vindas, **Mantas Pupinis** (PPMI) forneceu informações sobre o trabalho do Comité do Conhecimento entre a segunda e a terceira sessões. Durante a pausa que se seguiu, os cidadãos foram convidados a hierarquizar os setores da mobilidade para fins de aprendizagem e os temas políticos debatidos pelo painel. Para o efeito, recorreram a um exercício de «gráficos de barras em tempo real», no qual distribuíram «unidades orçamentais» entre 13 categorias, indicando as áreas de mobilidade para fins

de aprendizagem que deveriam receber mais financiamento. Após a pausa, os cidadãos foram divididos em duas subsessões plenárias. Em cada subsessão, os grupos de trabalho ouviram as reações de quatro peritos sobre os projetos de recomendações que lhes foram atribuídos. Os peritos destacaram vias para melhorar cada projeto e responderam às perguntas dos cidadãos. No final do dia e como preparação para o trabalho de grupo no sábado, os cidadãos reuniram-se novamente na sessão plenária para resumir os principais pontos que surgiram nas subsessões plenárias e debater os resultados do exercício de gráficos de barras em tempo real. O exercício revelou claramente a importância primordial da promoção da língua e da mobilidade de adultos para os cidadãos.

Dia 2 (sábado, 29 de abril)

No segundo dia, os cidadãos foram divididos nos mesmos grupos de trabalho das duas sessões anteriores. Tal como antes, os debates foram mediados por moderadores experientes e com recurso a interpretação simultânea. Ao longo do dia, cada grupo de trabalho trabalhou em vários projetos de recomendações formulados na segunda sessão e que lhes foram atribuídos. Foram convidados a combinar recomendações semelhantes e a integrar os comentários dos peritos para elaborar recomendações pertinentes. Para apoiar este processo, cada grupo recebeu a visita de outros cidadãos, com vista a obter informações sobre as recomendações formuladas pelos outros grupos. Além disso, durante a tarde, os peritos visitaram os grupos de trabalho que consideraram que tal era necessário, a fim de responder a perguntas ou esclarecer dúvidas que dificultavam a finalização das recomendações. No final do dia, os facilitadores desempenharam um papel crucial ao garantir que as recomendações eram finalizadas e apoiadas por um amplo consenso em cada grupo.



Dia 3 (domingo, 30 de abril)



Na última sessão plenária, os representantes dos grupos de trabalho apresentaram as **21 recomendações finalizadas no sábado** e todos os cidadãos do painel votaram sobre as mesmas. O processo de votação foi segmentado em três fases, seguindo cada uma o mesmo padrão. Em primeiro lugar, quatro porta-vozes dos grupos leram as suas recomendações

em voz alta, justificaram a sua pertinência e responderam a perguntas dos outros cidadãos. Em seguida, solicitou-se a todos os cidadãos que manifestassem o seu apoio a cada recomendação numa escala de 1 («oponho-me completamente») a 6 («apoio totalmente»), recorrendo a um boletim de voto. Estava igualmente prevista a possibilidade de abstenção. Este



procedimento foi repetido duas vezes até que todas as recomendações foram apresentadas e objeto de votação. Uma vez contados todos os votos e revelados os resultados pelos moderadores principais, foi dada a palavra a **Pia Ahrenkilde-Hansen** (diretora-geral, DG Comunicação), **Colin Scicluna** (chefe de gabinete da vice-presidente Dubravka Šuica) e **Ute Haller-Block** (chefe de unidade, DG Educação, Juventude, Desporto e Cultura) para explicarem de que forma a Comissão irá abordar as recomendações dos cidadãos. Por último, os cidadãos foram convidados a partilhar os seus comentários sobre todo o processo.

A agenda completa da terceira sessão é apresentada a seguir.



Sexta-feira (28 de abril de 2023)		PLENÁRIO
14h00 – 14h15	Discurso de boas-vindas e apresentação da sessão	
14h15 – 14h35	Reflexões de Nicolas Schmit , comissário do Emprego e Direitos Sociais, e Sophia Eriksson Waterschoot (diretora, DG Educação, Juventude, Desporto e Cultura)	
14h35 – 15h15	Introdução: Da sessão 2 à sessão 3	
15h15 – 15h45	Pausa para café, exercícios de «definição de prioridades» e mudança de sala	
15h45 – 17h50	Subsessões plenárias: Perguntas e respostas com peritos sobre os projetos de recomendações (separados em dois «blocos de trabalho»)	
17h50 – 18h00	Mudança de sala	
18h00 – 18h30	Principais mensagens das subsessões plenárias	
Sábado (29 de abril de 2023)		GRUPOS DE TRABALHO
09h30 – 11h15	Fase 1: Deliberação, elaboração e revisão da recomendação 1	
11h15 – 11h45	Pausa para café	
11h45 – 13h00	Fase 2: Deliberação, elaboração e revisão da recomendação 2	
13h00 – 14h30	Intervalo para almoço	
14h30 – 16h00	Fase 3: Contributos dos peritos e integração das reações	
16h00 – 16h30	Pausa para café	
16h30 – 18h00	Fase 4: Consolidação das recomendações	
Domingo (30 de abril de 2023)		PLENÁRIO
09h30 – 09h40	Boas-vindas	
09h40 – 10h15	Apresentação e avaliação das recomendações I (grupos 1–4)	
10h15 – 10h50	Apresentação e avaliação das recomendações II (grupos 5–8)	
10h50 – 11h25	Apresentação e avaliação das recomendações III (grupos 9–12)	
11h25 – 12h00	Pausa para café	
12h00 – 12h15	Inquérito de opinião	
12h15 – 12h30	Apresentação dos resultados	
12h30 – 13h10	Cerimónias e discursos oficiais	
13h10 – 13h30	Despedida e fotografia de grupo	

O painel formulou 21 recomendações finais e avaliou-as de 1 a 6, o que resultou numa média aritmética («nível de apoio») e numa «taxa de aprovação» (percentagem de votos) entre 4 («apoio de algum modo») e 6 («apoio totalmente») para cada recomendação. No quadro 3, as recomendações (títulos apenas) estão ordenadas de acordo com o nível de apoio que receberam. As recomendações completas, incluindo o título, corpo principal do texto, justificação e outros pormenores, constam do anexo.



Quadro 3: Panorâmica das recomendações finais e dos resultados da avaliação

N.o	Título da recomendação	Nível de apoio	Taxa de aprovação	Votos
16	Informação sobre a mobilidade dos trabalhadores na Europa	5,11	95 %	132
12	Mentores para um melhor acolhimento no país de destino	4,99	93 %	132
17	Campanhas de informação orientadas sobre mobilidade para fins de aprendizagem	4,99	92 %	132
21	Promoção de uma estratégia de comunicação específica para o Erasmus+	4,98	89 %	132
1	Uma língua veicular (língua franca) como instrumento de mobilidade para fins de aprendizagem	4,97	86 %	133
8	Divulgar e promover programas de línguas	4,92	92 %	131
11	Embaixadores para uma Europa mais móvel	4,92	88 %	131
9	Implantação e adaptação de centros e serviços de informação Erasmus+	4,89	94 %	133
15	Apoio financeiro ao desenvolvimento profissional dos trabalhadores	4,87	89 %	131
3	Alargamento dos atuais programas de mobilidade para fins de aprendizagem a pessoas de todas as idades e níveis socioeconómicos	4,84	88 %	129
14	Reconhecer o papel dos educadores na mobilidade para fins de aprendizagem	4,79	84 %	130
2	Viver num espaço europeu multilingue	4,78	90 %	133
4	Promover uma integração mais profunda do setor da formação profissional em toda a UE	4,76	89 %	132
6	Programa da UE para promover modelos híbridos de mobilidade para fins de aprendizagem destinados aos trabalhadores	4,75	84 %	134
20	Avaliar as barreiras administrativas com que se deparam os trabalhadores e as entidades empregadoras e formas de superá-las	4,75	87 %	133
10	Assegurar apoio financeiro adaptado a todas as pessoas que participam na mobilidade para fins de aprendizagem	4,69	82 %	131
19	Superar os preconceitos promovendo uma distribuição mais equilibrada das colocações Erasmus+	4,56	83 %	132
13	Por uma mobilidade para fins de aprendizagem mais ecológica	4,46	76 %	131
18	Medidas e atividades para promover a não discriminação na mobilidade para fins de aprendizagem	4,42	75 %	130
7	Melhorar a aprendizagem de línguas através das novas tecnologias	4,37	74 %	133
5	Permitir a mobilidade das famílias para fins de aprendizagem	3,87	60 %	134



Os cidadãos partilharam as suas opiniões sobre a experiência no painel através de um inquérito de opinião. No ponto de vista dos participantes, o painel foi um êxito. O processo de recrutamento gerou uma amostra diversificada de pessoas de toda a Europa e de todos os tipos de contextos sociais. De acordo com os resultados, apenas 5 % dos cidadãos tinham já colaborado num processo de participação. Além disso, 77 % afirmaram que o painel era «totalmente» (23,5 %) ou «moderadamente» (54 %) representativo de toda a sociedade, apesar de alguns terem assi-

nalado a ausência de alguns grupos desfavorecidos. Quando convidados a avaliar a sua experiência global, 93 % dos participantes manifestaram-se «totalmente satisfeitos» (52 %) ou «moderadamente satisfeitos» (41,5 %) com o painel. Com maiorias igualmente elevadas, os cidadãos referiram que se verificou uma melhoria dos seus conhecimentos sobre a mobilidade para fins de aprendizagem (92 %), que a sua opinião sobre a mobilidade para fins de aprendizagem mudou (70 %) e que a sua perceção da UE se tornou mais positiva (60 %).

«Tire o máximo partido destes painéis, que são muito interessantes e criam ligações interculturais!»

Gesuele, 34 anos, Itália



European
Commission

4. Próximas etapas

Ao longo das três sessões do painel, os cidadãos mostraram um elevado nível de compromisso e empenho na elaboração de recomendações para tornar as oportunidades de mobilidade para fins de aprendizagem acessíveis a todos. Levantaram dezenas de questões, a fim de melhor compreenderem o funcionamento dos atuais regimes de mobilidade para fins de aprendizagem, em especial o programa Erasmus+, e sobre os seus principais obstáculos e facilitadores, temas que foram abordados pelos peritos. Entre as sessões, muitos cidadãos estudaram mais aprofundadamente o tema da mobilidade para fins de aprendizagem, o que incluiu contactar as suas comunidades locais, escolas e outros estabelecimentos de ensino.

As 21 recomendações apresentadas pelo painel — enumeradas no anexo — apresentam uma abordagem global da promoção da mobilidade para fins de aprendizagem pelos Estados-Membros e pela Comissão. Cinco recomendações sublinham a importância de sistemas de educação e formação inclusivos e a necessidade de todas as partes interessadas desempenharem o seu papel para garantir que todos possam usufruir dos benefícios de uma Europa sem fronteiras, independentemente da sua idade, nível de educação, origem e meios financeiros. A adoção de medidas de inclusão específicas é considerada um fator essencial para uma participação mais generalizada e diversificada em programas de mobilidade para fins de aprendizagem.

Durante as deliberações, os cidadãos salientaram a falta de sensibilização, em especial entre os aprendentes adultos e os aprendentes desfavorecidos, para as oportunidades de mobilidade para fins de aprendizagem existentes de que dispõem. Por conseguinte, em cinco recomendações, foi destacada a importância de estabelecer ligações e fornecer informações específicas ao nível mais próximo dos aprendentes de todas as idades, incluindo os aprendentes desfavorecidos. Quatro recomendações atribuem também uma importância significativa à melhoria da aprendizagem de línguas, incluindo com novas tecnologias, enquanto fator essencial para a mobilidade para fins de aprendizagem.

Três recomendações dizem respeito à mobilidade para fins de aprendizagem dos trabalhadores e as restantes quatro incidem sobre o reconhecimento do papel dos educadores na organização da mobilidade para fins de aprendizagem, uma maior integração do setor do ensino e da formação profissionais em toda a UE, uma mobilidade para fins de aprendizagem mais ecológica e uma distribuição mais equilibrada dos destinos da mobilidade para fins de aprendizagem.

A proposta de recomendação do Conselho apresentada pela Comissão tem em conta as recomendações do painel. A proposta visa alargar o âmbito das oportunidades de mobilidade para fins de aprendizagem a aprendentes, educadores e pessoal de todas as idades





no ensino escolar, nos intercâmbios de jovens, no ensino e formação profissionais, no ensino superior e na educação de adultos, e apoiar a sua transição para o mercado de trabalho e a mobilidade profissional. A proposta dá também uma forte ênfase à mobilidade inclusiva. Por conseguinte, está bem alinhada com as recomendações dos cidadãos, em especial no que diz respeito ao alargamento das oportunidades de mobilidade para fins de aprendizagem para pessoas de todas as idades e origens socioeconómicas, à promoção da não discriminação e à garantia de um apoio financeiro adaptado. Embora o programa Erasmus+ já preveja oportunidades de mobilidade para fins de aprendizagem para estes grupos e medidas de inclusão específicas para as pessoas com menos oportunidades, a proposta da Comissão visa oferecer ainda mais oportunidades a todos os aprendentes no âmbito de uma vasta gama de regimes de mobilidade para fins de aprendizagem transfronteiras.

A proposta da Comissão salienta igualmente a importância de reforçar a aprendizagem de línguas em todas as fases do ensino e da formação para viabilizar oportunidades de mobilidade para fins de aprendizagem. Desta forma, é tida em conta a recomendação do painel sobre viver num espaço europeu multilingue.

A Comissão gostaria igualmente de destacar a prestação de informações específicas e atempadas recomendada pelos cidadãos, nomeadamente incentivando os Estados-Membros a criarem promotores da mobilidade para fins de aprendizagem. Por conseguinte, a proposta está de acordo com as recomendações dos cidadãos sobre centros e serviços de informação, embaixadores para uma Europa mais móvel e mentores para acolher pessoas no país de destino.

Em consonância com a recomendação do painel no sentido de reconhecer o papel dos educadores na mobilidade para fins de aprendizagem, a Comissão tenciona promover o reconhecimento e recompensar o trabalho do pessoal que prepara e executa projetos de mobilidade para fins de aprendizagem. A proposta da Comissão visa igualmente tornar a mobilidade para fins de aprendizagem mais sustentável ambientalmente, incentivando os Estados-Membros a tornarem a utilização de meios de transporte mais sustentáveis nas viagens de e para destinos de mobilidade para fins de aprendizagem, e durante os períodos de mobilidade, uma parte integrante da experiência de mobilidade para fins de aprendizagem.

Uma parte destas recomendações do painel já é parcialmente considerada no âmbito do programa Erasmus+ 2021-2027 e de outros programas da UE. Por exemplo, no que diz respeito à recomendação sobre permitir a mobilidade das famílias para fins de aprendizagem, algumas agências nacionais Erasmus+ concedem complementos às bolsas de apoio individual destinados a estudantes com filhos. O apoio linguístico em linha está aberto a todos os participantes em atividades de mobilidade no âmbito dos programas Erasmus+ e Corpo Europeu de Solidariedade. A iniciativa «Aspirar, assimilar, doar, alcançar» (ALMA), financiada pelo Fundo Social Europeu Mais, proporciona uma experiência profissional supervisionada noutro Estado-Membro a jovens desfavorecidos com idades compreendidas entre os 18 e os 29 anos.

A Comissão tenciona realizar um evento para informar os participantes do painel sobre o seguimento dado às suas recomendações na Cimeira de Alto Nível sobre a Educação, em 30 de novembro.

The background image shows a young woman with blonde hair, wearing a black top with white polka dots, smiling as she looks at a white rectangular box. She is in a classroom or lecture hall, with other students blurred in the background. The scene is overlaid with a semi-transparent blue and orange graphic. The text is white and positioned on the blue part of the overlay.

Anexo: Recomendações integrals

Recomendação 1

Uma língua veicular (língua franca) como instrumento de mobilidade para fins de aprendizagem

O inglês encontra-se estabelecido como língua veicular na UE. É um meio de comunicação simples e comum. Por conseguinte, a UE deve recomendar aos Estados-Membros que ensinem o inglês como primeira língua estrangeira. A UE deve apoiar os Estados-Membros na criação, na atribuição de subvenções e no financiamento de programas para quem pretenda aprender inglês. Estes programas devem ser apoiados tanto nas escolas como fora delas. Devem ser oferecidos cursos de inglês de baixo custo fora das escolas a pessoas de todas as idades. Os programas devem ser bem publicitados e motivar as pessoas para aprender inglês.

Justificação

Uma língua veicular comum facilita os intercâmbios entre nações e culturas, o que não invalida uma Europa multilingue. O inglês é fácil de aprender e já é amplamente falado, especialmente pelos jovens.

Recomendação 1

UMA LÍNGUA VEICULAR (LÍNGUA FRANCA) COMO INSTRUMENTO DE MOBILIDADE PARA FINS DE APRENDIZAGEM



Recomendação 2

Viver num espaço europeu multilingue

Uma das grandes características da UE é a existência das suas muitas línguas. A aprendizagem de línguas contribui para uma maior abertura de espírito. Por conseguinte, recomendamos o apoio a projetos multinacionais e multilingues, não só nas escolas, mas também fora delas. Tal pode ser concretizado através de apoio a intercâmbios, em especial de professores e estagiários. As pessoas devem ser incentivadas a participar na mobilidade para fins de aprendizagem. Estes projetos devem visar os participantes em intercâmbios, nomeadamente professores e estagiários que recorram à mobilidade para fins de aprendizagem. Uma forma de motivar as pessoas a aprender outras línguas é disponibilizar financiamento da UE. As informações sobre os projetos existentes e futuros devem ser mais bem divulgadas e comunicadas.

Justificação

Os professores devem poder alargar os seus horizontes através da experiência da mobilidade para fins de aprendizagem e partilhar essa experiência logo que regressem às suas próprias escolas. A participação na mobilidade para fins de aprendizagem cria uma base sólida para o ensino das línguas. O conhecimento de muitas línguas facilita o conhecimento dos diferentes países e culturas, o que aumenta a probabilidade de os participantes vivenciarem a diversidade da Europa. A existência de programas de baixo custo e de fácil acesso pode ajudar a apoiar e a motivar pessoas de todas as idades a aprender mais línguas.

Recomendação 2

VIVER NUM ESPAÇO EUROPEU MULTILINGUE



Recomendação 3

Alargamento dos atuais programas de mobilidade para fins de aprendizagem a pessoas de todas as idades e níveis socioeconómicos

Recomendamos que a UE estabeleça um quadro para os regimes de mobilidade para fins de aprendizagem que inclua pessoas de todas as idades. Este quadro poderá ser dirigido a pessoas ou grupos interessados na mobilidade para fins de aprendizagem, mas que não façam parte de uma instituição formal, incluindo, por exemplo, desempregados, pessoas à procura de emprego ou pessoas oriundas de meios socioeconómicos mais desfavorecidos. No entanto, o quadro não se deve limitar a estes grupos.

Os programas existentes, por exemplo o Corpo Europeu de Solidariedade ou a iniciativa Discover EU, devem ser alargados a pessoas de todas as idades e promovidos através de uma plataforma. Idealmente, as pessoas que participam na mobilidade para fins de aprendizagem devem ter a oportunidade de permanecer em alojamento privado. Assim, é possível manter os custos a um nível baixo e permitir uma ligação mais estreita e uma maior compreensão das culturas e línguas estrangeiras. Todos os cidadãos da UE devem poder candidatar-se a este programa. Devem poder candidatar-se caso a caso, indicando claramente os seus objetivos de aprendizagem.

Justificação

Desta forma, a identidade europeia e as normas e valores comuns são reforçados em todos os estratos da sociedade. Particularmente as pessoas que receberam pouco apoio familiar ou social devido à sua origem poderão, através de um programa alargado, vivenciar a proximidade intercultural e adquirir uma melhor compreensão intercultural.

Recomendação 3

ALARGAMENTO DOS ATUAIS
PROGRAMAS DE MOBILIDADE PARA FINS
DE APRENDIZAGEM A PESSOAS DE
TODAS AS IDADES E NÍVEIS
SOCIOECONÓMICOS

Robustez do
apoio
4,8



Recomendação 4

Promover uma integração mais profunda do setor da formação profissional em toda a UE

Recomendamos que a União Europeia estabeleça um melhor sistema de incentivos para que os intervenientes no setor da formação profissional promovam o conhecimento e o acesso às oportunidades existentes. Estes intervenientes incluem escolas profissionais, estagiários, associações de artes e ofícios e organismos setoriais, como câmaras nacionais de comércio e indústria.

Para criar um melhor sistema de incentivos, os centros de excelência profissional existentes devem ser mais visíveis e promover a mobilidade para fins de aprendizagem em maior escala. Os intervenientes acima referidos devem criar uma rede mais profundamente integrada para reduzir os obstáculos ao acesso e melhorar a qualidade da formação profissional.

Justificação

Gostaríamos de melhorar a qualidade da formação profissional europeia, em especial em domínios prioritários como a transformação ecológica, a segurança informática, os serviços públicos essenciais e os cuidados de saúde. Além disso, através da criação de uma rede fixa e mais prática, as empresas de menor dimensão teriam também um melhor acesso à mobilidade para fins de aprendizagem. Por outro lado, seria assim assegurada a qualidade da formação profissional. Por fim, a aplicação desta recomendação aumentaria o nível geral de competências na UE e criaria uma forma de captação de cérebros nos Estados-Membros.

Recomendação 4

PROMOVER UMA INTEGRAÇÃO MAIS PROFUNDA DO SETOR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM TODA A UE



Recomendação 5

Permitir a mobilidade das famílias para fins de aprendizagem

Recomendamos que a UE crie um programa-piloto de mobilidade intergeracional para fins de aprendizagem que permita a mobilidade conjunta de vários membros da família, abordando assim as constelações familiares.

Recomendamos o lançamento de um novo projeto-piloto, eventualmente no âmbito de um programa já existente, no qual sejam tidas em conta as pessoas com crianças. O projeto-piloto deve ser avaliado em função da sua relação custo-eficácia para depois se decidir se deve ser alargado.

Justificação

Esta medida incentiva o diálogo intergeracional em toda a UE no âmbito dos seus programas de mobilidade. Além disso, facilita o acesso à mobilidade das pessoas com filhos pequenos. Esta solução tem potencial para envolver na mobilidade as crianças em idade escolar e os pais: as crianças poderão frequentar a escola e os pais poderão participar em programas de educação de adultos.

Recomendação 5

PERMITIR A MOBILIDADE DAS FAMÍLIAS
PARA FINS DE APRENDIZAGEM



Recomendação 6

Programa da UE para promover modelos híbridos de mobilidade para fins de aprendizagem destinados aos trabalhadores

Recomendamos o desenvolvimento de um programa da UE que promova modelos híbridos de mobilidade para fins de aprendizagem destinados aos trabalhadores.

Através desse programa, os trabalhadores podem frequentar cursos em diferentes áreas de estudo. Os cursos do programa devem ser concluídos num prazo máximo de seis meses. Podem ser cursos específicos de línguas, mas podem também abordar temas relacionados com as profissões dos trabalhadores. Através destes cursos, os trabalhadores podem adquirir um nível mais elevado de proficiência na sua profissão, incluindo experiências práticas. Os trabalhadores podem realizar parte da formação em linha e a outra parte no estrangeiro. Para tal, devem frequentar estabelecimentos de ensino no estrangeiro, por exemplo, universidades ou centros de formação profissional (dependendo dos estabelecimentos existentes em cada país). A entidade empregadora é obrigada a libertar o trabalhador durante o período da experiência no estrangeiro e também por algum tempo durante o curso em linha. Além disso, o emprego do trabalhador deve estar garantido no momento do seu regresso. No entanto, a entidade empregadora não tem de continuar a pagar o salário do trabalhador durante esse período, devendo o custo de vida no estrangeiro ser coberto por um fundo da UE. A saúde e a segurança social também devem ser abrangidas.

Justificação

A experiência adquirida pelos trabalhadores no estrangeiro beneficia todas as partes: o trabalhador pode desenvolver-se pessoal e profissionalmente. A entidade empregadora recebe um trabalhador mais qualificado após o seu regresso. Além disso, as empresas beneficiam das experiências dos seus trabalhadores no estrangeiro quando estes transmitem os seus conhecimentos aos colegas, por exemplo, sob a forma de formação.

É fundamental oferecer modelos híbridos. Muitas vezes, as pessoas na vida profissional ou com filhos só podem deslocar-se ao estrangeiro por um período limitado de tempo. Necessitam da flexibilidade dos modelos híbridos. Além disso, as entidades empregadoras apenas têm de libertar os seus trabalhadores por períodos mais curtos se estes puderem participar na experiência de aprendizagem em linha.

Para efeitos deste programa específico, não recomendamos intercâmbios diretos de trabalhadores entre empresas da UE devido ao risco de recrutamento de talentos e de fuga de cérebros. Queremos explicitamente promover a mobilidade para fins de aprendizagem através de prestadores de serviços educativos e não através da mobilidade laboral. No entanto, os intercâmbios entre empresas podem ser úteis em alguns setores e facilitados através de outros programas de mobilidade para fins de aprendizagem.

Recomendação 6

PROGRAMA DA UE PARA PROMOVER
MODELOS HÍBRIDOS DE MOBILIDADE
PARA FINS DE APRENDIZAGEM
DESTINADOS AOS TRABALHADORES

Robustez do
apoio
4,8



Recomendação 7

Melhorar a aprendizagem de línguas através das novas tecnologias

A Comissão Europeia deve investir na utilização de ferramentas tecnológicas (IA) no quadro da mobilidade para fins de aprendizagem, a fim de complementar a aprendizagem de línguas. A UE deve investir em tecnologias digitais para apoiar a mobilidade para fins de aprendizagem, a par da aprendizagem presencial. A presente recomendação aplica-se à preparação para a mobilidade para fins de aprendizagem e ao próprio período de mobilidade.

As ferramentas tecnológicas devem ser gratuitas. As novas tecnologias devem ser utilizadas especialmente nas fases iniciais da aprendizagem de línguas. Devem ainda ser utilizadas de forma a chegar a todos os cidadãos que recorrem à mobilidade para fins de aprendizagem (por exemplo, estudantes, pensionistas, etc.).

A Comissão Europeia deve complementar a atual plataforma EU Academy com os mais recentes desenvolvimentos em matéria de IA através de uma aplicação. As utilizações específicas da IA poderão incluir a aprendizagem, o reforço do vocabulário, a interpretação sincronizada e a comunicação entre os utilizadores na aplicação.

Justificação

A Comissão Europeia deve tirar partido das tecnologias mais recentes para melhorar a aprendizagem de línguas no âmbito da mobilidade para fins de aprendizagem. Os sistemas de IA podem analisar o sucesso da aprendizagem e desenvolver mais rapidamente programas de aprendizagem personalizados com base nas necessidades e nas competências.

Recomendação 7

MELHORAR A APRENDIZAGEM DE
LÍNGUAS ATRAVÉS DAS NOVAS
TECNOLOGIAS



Recomendação 8

Divulgar e promover programas de línguas

A Comissão Europeia deve divulgar mais intensamente os seus próprios programas de línguas existentes e promover os programas de línguas existentes a nível nacional e regional.

O grupo-alvo inclui todas as pessoas que desejam participar em programas de mobilidade para fins de aprendizagem e utilizar os programas de línguas existentes nos seus países de origem e de acolhimento a nível nacional e regional.

I. Antes da estadia:

A UE deve divulgar os seus programas de línguas através do envio de mensagens de correio eletrónico, de publicidade direcionada nas redes sociais e de relações públicas.

Deve desenvolver-se um programa de mentoria. O mentor designado deve prestar apoio sobre a forma de melhorar as competências linguísticas antes das estadias de mobilidade para fins de aprendizagem.

Deve também desenvolver-se um programa de embaixadores com pessoas que já participaram em regimes de mobilidade para fins de aprendizagem. Os embaixadores informam e promovem a mobilidade para fins de aprendizagem nas escolas, nas universidades e nas empresas e partilham as suas experiências de aprendizagem de línguas.

II. Durante a estadia:

O mentor prestará apoio local à chegada ao destino. O programa de mentoria incluirá componentes culturais e linguísticas para ajudar a pessoa que participa na mobilidade para fins de aprendizagem.

Justificação

De acordo com as estatísticas (Eurobarómetro Flash, 2020), a aprendizagem de línguas é um dos principais obstáculos que impedem as pessoas de participar em regimes de mobilidade para fins de aprendizagem.

Recomendação 8

DIVULGAR E PROMOVER PROGRAMAS DE LÍNGUAS

Robustez do apoio
4,9



Recomendação 9

Implantação e adaptação de centros e serviços de informação Erasmus+

Consideramos a acessibilidade e a harmonização da informação sobre o programa Erasmus+ um elemento fundamental. Através do aumento e da reafetação proporcionais do orçamento dos programas Erasmus+ e Erasmus para a mobilidade de adultos, propomos a utilização de infraestruturas existentes específicas dos Estados-Membros para a criação de gabinetes Erasmus+. Referimo-nos a infraestruturas nacionais e locais, específicas da população-alvo: população não ativa, população ativa, jovens. É dada especial atenção aos adultos que participam em programas de aprendizagem (centros de emprego, correios, clubes desportivos, programas sociais, associações locais, centros para adultos com mobilidade reduzida, etc.). Para coordenar estes gabinetes, a existência de uma estrutura de referência nacional sob a égide do organismo europeu seria um ponto de referência para a divulgação de informação sobre os serviços oferecidos junto dos gabinetes locais. Para promover estes gabinetes locais, recomendamos o desenvolvimento de uma comunicação europeia estruturada a nível dos gabinetes locais, que indique a existência desses gabinetes e os serviços prestados, tendo em conta todos os canais de comunicação.

Justificação

Considerando o mosaico europeu de programas (Eurodesk, Europe Direct, etc.), a questão da acessibilidade e da harmonização da informação sobre o Erasmus+ parece-nos crucial. Estes gabinetes locais poderão oferecer uma vasta gama de serviços (em coordenação com o quadro nacional):

- contacto com uma rede de pessoas no país de acolhimento disponíveis para estabelecer uma ligação desde o momento da chegada (apoio linguístico, informações administrativas, aconselhamento em matéria de transportes, alojamento, cuidados de saúde, apoio psicológico, etc.) e durante toda a estadia, de acordo com as suas necessidades específicas,
- ênfase especial no alojamento: uma base de dados local partilhada que forneça informações sobre o alojamento disponível, a preços acessíveis e recomendado, com especial destaque para a acessibilidade destas opções de alojamento para todos, incluindo para as pessoas com deficiência,
- apoio financeiro específico adaptado às necessidades específicas da pessoa em mobilidade: cuidados de saúde (assistência física e psicológica), assistência em matéria de acolhimento de crianças e transportes,
- um sistema de apoio linguístico antes e durante o intercâmbio,
- criação de uma plataforma de apoio e informação sobre a acessibilidade de alojamento e transportes para as pessoas com necessidades especiais, a fim de as orientar e aconselhar ao longo da sua estadia.

Recomendação 9

IMPLANTAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE
CENTROS E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO
ERASMUS+



Recomendação 10

Assegurar apoio financeiro adaptado a todas as pessoas que participam na mobilidade para fins de aprendizagem

Recomendamos o aumento do orçamento global para permitir uma distribuição mais inclusiva e mais alargada dos recursos pelos participantes na mobilidade para fins de aprendizagem (incluindo estudantes, estagiários, trabalhadores por conta de outrem e por conta própria, mas também empresas de maior ou menor dimensão). Todos devem ter a oportunidade de receber apoio financeiro e o montante deve depender de fatores socioeconómicos: o custo de vida nos países de acolhimento, a capacidade financeira dos participantes e as necessidades especiais relacionadas com deficiências físicas e doenças. Tal deve ser concretizado através do estabelecimento de critérios de atribuição comuns a nível europeu, centrados nos contextos individuais e nas necessidades socioeconómicas das pessoas que se candidatam à mobilidade para fins de aprendizagem (sem atender a classificações). Além disso, o apoio financeiro será transferido para os participantes individuais ao longo de todo o processo. Este orçamento reforçado permite igualmente incentivar o intercâmbio de trabalhadores entre empresas, com base nas necessidades financeiras dos trabalhadores e em função da dimensão das empresas. O pessoal que avalia as pessoas que participam na mobilidade para fins de aprendizagem deve ser financeiramente recompensado pelo seu trabalho.

Justificação

Esta recomendação tornará o sistema de mobilidade educativa mais equitativo, inclusivo e acessível a todos os residentes na União Europeia, oriundos de todos os quadrantes, que queiram participar na mobilidade para fins de aprendizagem, e eliminará os principais obstáculos financeiros à participação.

Recomendação 10

ASSEGURAR APOIO FINANCEIRO
ADAPTADO A TODAS AS PESSOAS QUE
PARTICIPAM NA MOBILIDADE PARA FINS
DE APRENDIZAGEM

Robustez do
apoio
4,7



Recomendação 11

Embaixadores para uma Europa mais móvel

Recomendamos a criação de um programa de embaixadores em cada país da UE. Os embaixadores serão responsáveis pela divulgação e promoção dos programas de mobilidade para fins de aprendizagem existentes. Os embaixadores promoverão a mobilidade no estrangeiro para todos os tipos de grupos-alvo (crianças, estudantes, formandos, trabalhadores, idosos) e em todos os tipos de organizações (escolas, universidades, empresas, associações, etc.). Será um emprego a tempo inteiro remunerado pelas agências nacionais Erasmus. O orçamento destas agências será reafetado para dar prioridade ao trabalho dos embaixadores. Este orçamento será adaptado às necessidades do país (número de habitantes, número de pessoas que já beneficiam de programas de mobilidade, etc.).

Os embaixadores devem possuir experiência em matéria de mobilidade e partilhá-la. Devem ser pessoas de espírito aberto e com boas capacidades de comunicação. Os embaixadores devem refletir a diversidade dos perfis das pessoas que pretendem deslocar-se para o estrangeiro, para que cada grupo possa identificar-se com eles.

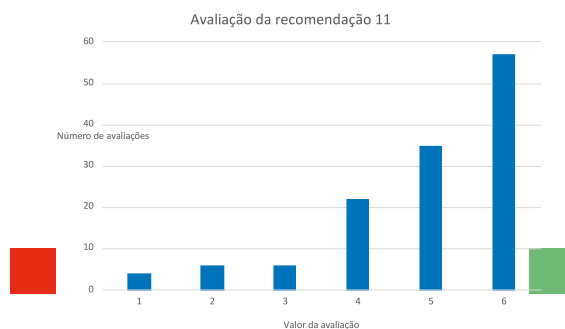
É possível ser embaixador durante um longo período de tempo. No entanto, incentiva-se o recrutamento regular de novas pessoas com experiências recentes de mobilidade para fins de aprendizagem. Deve ser implementada uma boa estrutura de comunicação sobre o programa de embaixadores (redes sociais, campanhas publicitárias, etc.).

Justificação

Em muitos países europeus, as pessoas nem sequer conhecem as oportunidades de mobilidade para fins de aprendizagem existentes e sentem-se muitas vezes inseguras. Têm medo de experiências no estrangeiro. É importante estimular a curiosidade e eliminar o receio de viajar para o estrangeiro. O Erasmus+ destina-se a grupos específicos como os estudantes. Os estudantes compreendem bem o funcionamento do Erasmus+, mas outros grupos (para além dos estudantes do ensino superior) sentem-se algo excluídos das oportunidades de mobilidade para fins de aprendizagem. Embora exista muita informação disponível, ela não está a chegar às pessoas. Os embaixadores podem ajudar a aproximar as pessoas das oportunidades que já existem. Ter alguém com quem falar diretamente, que possa tranquilizar as pessoas e responder às suas perguntas é mais eficaz do que ler um documento.

Recomendação 11

EMBAIXADORES PARA UMA EUROPA MAIS MÓVEL



Taxa de aprovação: 88 %

Recomendação 12

Mentores para um melhor acolhimento no país de destino

Recomendamos que as pessoas em regimes de mobilidade sejam bem acolhidas no país de destino e que a sua integração seja facilitada por uma rede de orientadores. O orientador é uma pessoa do país de destino, com conhecimento da cultura desse país e que está disponível para dar apoio ao recém-chegado durante a sua estadia. O orientador será responsável por prestar apoio à pessoa antes da partida (informação sobre alojamento, transportes, procedimentos administrativos, etc.). Ajudará o recém-chegado durante a estadia, especialmente no que diz respeito aos procedimentos locais. Ajudará também a pessoa a desenvolver a sua vida social no país. Os orientadores trabalharão numa base voluntária, mas serão reembolsados por algumas das suas despesas. Já existem redes de apoio à integração (ESN, Erasmus Mundus, EuroPeers, etc.), mas apenas para estudantes. Propomos reforçá-las, agrupá-las e alargá-las a outros grupos (crianças, trabalhadores, idosos, formandos, etc.). A criação de uma plataforma pode facilitar o contacto entre os orientadores e os recém-chegados.

Justificação

As pessoas podem sentir-se isoladas durante o intercâmbio de mobilidade. Os orientadores podem ajudá-las a sentir-se mais seguras e mais tranquilas. Seria muito útil dispor de informações antes da partida, o que pode reduzir o receio de viajar para o estrangeiro. As pessoas disporiam de todas as informações sobre o país de destino e saberiam que têm alguém à sua espera à chegada. Este aspeto tranquilizaria tanto as pessoas que se deslocam para o estrangeiro como os seus familiares, em especial os pais. Os orientadores seriam particularmente importantes para as pessoas em regimes de mobilidade para fins de aprendizagem em instituições não académicas ou em zonas rurais.

Recomendação 12

MENTORES PARA UM MELHOR
ACOLHIMENTO NOS PAÍSES DE DESTINO



Recomendação 13

Por uma mobilidade para fins de aprendizagem mais ecológica!

Recomendamos que sejam oferecidos a todos os participantes em regimes de mobilidade para fins de aprendizagem incentivos para um acesso mais económico a transportes ecológicos (durante a deslocação e a estadia no país de acolhimento). Estas opções dariam também aos participantes a possibilidade de terem um estilo de vida ecológico mais acessível do ponto de vista económico nos países de destino, utilizando opções de transporte sustentáveis para ir trabalhar, pernoitando em hotéis ecológicos, etc. Estas opções amigas do ambiente devem ser devidamente comunicadas pela Comissão Europeia antes de os participantes viajarem para o país de destino.

Justificação

A presente recomendação deve-se à necessidade de incentivar os participantes em regimes de mobilidade para fins de aprendizagem, através de incentivos económicos, a utilizar meios de transporte sustentáveis quando se deslocam para outro país, mas também quando já estão a residir nesse novo país.

Recomendação 13

POR UMA MOBILIDADE PARA FINS DE APRENDIZAGEM MAIS ECOLÓGICA!



Recomendação 14

Reconhecer o papel dos educadores na mobilidade para fins de aprendizagem!

Recomendamos que os educadores que prestam apoio aos estudantes em programas de mobilidade para fins de aprendizagem sejam oficialmente reconhecidos como «coordenadores internacionais». Devem ser compensados pela carga de trabalho adicional e pelo tempo despendido. Devem ser facilmente reconhecíveis no seu estabelecimento de ensino, receber formação e uma certificação, o que os incentivará a aconselhar e a apoiar os estudantes em programas de mobilidade para fins de aprendizagem, nomeadamente a nível dos procedimentos administrativos, transmitindo simultaneamente a visão e os valores europeus. Estes «coordenadores internacionais» devem ser considerados como pessoas de confiança. Devem ainda organizar atividades que promovam a mobilidade para fins de aprendizagem ao longo do ano

Justificação

Os educadores devem ser valorizados e reconhecidos pelo seu trabalho adicional e devem fornecer informação e orientações melhores e mais acessíveis sobre as oportunidades disponíveis.

Recomendação 14

RECONHECER O PAPEL DOS EDUCADORES NA MOBILIDADE PARA FINS DE APRENDIZAGEM



Recomendação 15

Apoio financeiro ao desenvolvimento profissional dos trabalhadores

Recomendamos que a UE conceda incentivos financeiros a:

- Pequenas e médias empresas que pretendam enviar os seus trabalhadores para o estrangeiro a fim de participarem em cursos de formação e posteriormente partilharem os conhecimentos adquiridos com os seus colegas e parceiros.
- Trabalhadores (desempregados ou em situação de emprego precário) que frequentem uma mobilidade para fins de formação numa empresa de acolhimento a fim de atualizarem as suas competências e progredirem nas suas carreiras. A empresa de acolhimento recebe também um logótipo europeu oficial para o seu sítio Web.

O apoio financeiro cobrirá os custos fixos dos trabalhadores (por exemplo, alojamento, transportes, etc.). A UE, as empresas, o trabalhador ou o centro de emprego podem cofinanciar o intercâmbio de aprendizagem, para que o trabalhador ou a empresa o encare com a maior seriedade. O nível de cofinanciamento depende do tipo de mobilidade para fins de aprendizagem e dos beneficiários. Estes intercâmbios de aprendizagem também se realizam entre o setor privado (por exemplo, ONG, empresas, organizações) e o setor público (por exemplo, instituições, UE, etc.), bem como entre outros tipos de áreas de trabalho. Os sindicatos e as associações de trabalhadores podem apoiar o desenvolvimento destes programas.

Justificação

Desta forma, qualquer empresa, independentemente das suas possibilidades económicas, pode enviar os seus trabalhadores em programas de intercâmbio para fins de melhoria das suas competências. Além disso, qualquer empresa que pretenda acolher um trabalhador pode fazê-lo sem ter de pagar a sua estadia ou salário.

Recomendação 15

APOIO FINANCEIRO AO
DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS
TRABALHADORES



Recomendação 16

Informação sobre a mobilidade dos trabalhadores na Europa

Recomendamos que a UE crie e administre uma plataforma de informação dedicada às oportunidades de mobilidade para fins de aprendizagem destinadas aos trabalhadores de todos os tipos de setores (privado, público, etc.). O objetivo da plataforma é interligar as empresas e os trabalhadores e deve ser universalmente acessível. Cada participante regista a sua carteira: as empresas que queiram ser entidades de acolhimento fornecem informações sobre a sua oferta e os trabalhadores apresentam os seus contributos e objetivos para uma experiência de aprendizagem. A plataforma incluirá igualmente informações sobre os diferentes tipos de financiamento disponíveis e hiperligações para outros sítios Web conexos. Os trabalhadores que tenham participado em programas de mobilidade para fins de aprendizagem devem partilhar as suas experiências através de um relatório. Esta plataforma ajudaria a coordenar melhor o intercâmbio de trabalhadores e a gerir os procedimentos administrativos de uma forma mais simplificada e harmonizada.

Justificação

A plataforma proposta permitiria às entidades empregadoras partilhar informações sobre as oportunidades existentes e formas de implementar estes intercâmbios. Além disso, seria um espaço comum para os trabalhadores conhecerem as oportunidades disponíveis no mercado no que diz respeito à mobilidade para fins de aprendizagem.

Recomendação 16

INFORMAÇÃO SOBRE A MOBILIDADE DOS TRABALHADORES NA EUROPA

Robustez do apoio

5,1



Recomendação 17

Campanhas de informação orientadas sobre mobilidade para fins de aprendizagem

Recomendamos a implementação de campanhas de informação mais limitadas e orientadas para dois grupos-alvo diferentes: a) adolescentes/estudantes e b) adultos (profissionais, trabalhadores, etc.). Cada grupo requer uma abordagem distinta. O primeiro instrumento que podemos utilizar são os embaixadores com experiência prévia em mobilidade para fins de aprendizagem, que podem promovê-la tanto junto dos adolescentes como dos adultos/profissionais, partilhando as suas «histórias de sucesso». Esta medida poderia também ser eficaz para grupos como os idosos, etc. Estes embaixadores poderiam ser colocados em balcões nas câmaras municipais e visitar escolas e outros locais. Deve ser incluída uma pessoa especializada nas questões técnicas e práticas da mobilidade para fins de aprendizagem. O segundo instrumento, orientado para os estudantes e os jovens, pode ser uma forma híbrida e criativa de chegar a estes grupos, por exemplo, através das redes sociais (marcadores, informação em linha, etc.) e de *kits* de informação físicos sobre a mobilidade para fins de aprendizagem. Este tipo de campanha poderia conduzir a uma maior circulação da informação e a um «efeito de bola de neve».

Justificação

A falta de conhecimento sobre a mobilidade para fins de aprendizagem torna impossível a participação das pessoas nos programas de mobilidade. O acesso à informação alargará a participação.

Recomendação 17

CAMPANHAS DE INFORMAÇÃO
ORIENTADAS SOBRE MOBILIDADE PARA
FINS DE APRENDIZAGEM



Recomendação 18

Medidas e atividades para promover a não discriminação na mobilidade para fins de aprendizagem

Estabelecemos uma distinção entre os jovens nas escolas e os adultos nos locais de trabalho e abordamos questões específicas de cada um destes contextos. Asseguramos que as escolas e os locais de trabalho sejam espaços não discriminatórios para os adolescentes e os profissionais no que diz respeito a vários fatores, como a idade, o género, a saúde, a orientação sexual, a religião, etc. Para alcançar este objetivo, a Comissão Europeia deve afetar fundos e recursos às diferentes partes envolvidas: famílias de acolhimento no caso dos adolescentes, empresas e ONG no caso dos adultos. São necessárias as seguintes atividades: as famílias e as empresas de acolhimento devem estar preparadas para as implicações de acolher alguém, devendo receber formação por parte de pessoas especializadas em questões interculturais (mediadores). Este aspeto é particularmente importante para os grupos mais vulneráveis. Estas atividades podem contribuir para melhorar a experiência de mobilidade e minimizar a discriminação. Além disso, devem ser concedidos incentivos às famílias e às empresas para que continuem a dar-lhes apoio.

Justificação

É importante garantir a segurança e a «unidade na diversidade» para os estudantes e adultos em mobilidade.

Recomendação 18

MEDIDAS E ATIVIDADES PARA PROMOVER
A NÃO DISCRIMINAÇÃO NA MOBILIDADE
PARA FINS DE APRENDIZAGEM



Recomendação 19

Superar os preconceitos promovendo uma distribuição mais equilibrada das colocações Erasmus+

A fim de incentivar os cidadãos a candidatar-se a um conjunto mais diversificado de destinos Erasmus+, recomendamos ações a dois níveis:

1. A nível institucional da UE: recomendamos que a Comissão formule princípios que as instituições que participam no Erasmus+ devem ter em conta quando decidem e renovam acordos de parceria com outras instituições de ensino.

Para complementar este aspeto, a Comissão poderá também desenvolver uma plataforma em linha em que os candidatos possam indicar os seus interesses, línguas, preferências, etc. e, em seguida, receber sugestões de destinos adaptados ao seu perfil. Este sistema de «recomendação» poderia aumentar a diversidade de locais, incentivando as pessoas a deslocar-se para sítios que, de outro modo, não teriam considerado.

2. A nível dos Estados-Membros: recomendamos que os Estados-Membros tomem medidas para aumentar o número de participantes Erasmus+ que recebem. Os Estados-Membros podem incentivar os seus estabelecimentos de ensino nacionais a oferecer mais cursos em inglês.

Justificação

Esta recomendação é importante por duas razões principais:

Se determinados Estados-Membros/destinos forem considerados menos desejáveis, poderão ser desperdiçadas vagas disponíveis no programa Erasmus+. Alguns países, como a Espanha, estão sobrelotados, mas haveria mais vagas disponíveis para participantes no programa Erasmus se as pessoas fossem incentivadas a deslocar-se para destinos mais diversificados.

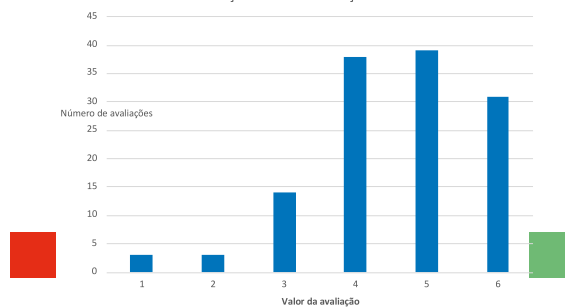
Em segundo lugar, se as pessoas se deslocarem para novos locais sobre os quais não disponham de muita informação, ou se descobrirem novas culturas, a sua compreensão de outras culturas aumentará e poderão mais facilmente superar preconceitos, etc.

Recomendação 19

**SUPERAR OS PRECONCEITOS
PROMOVENDO UMA DISTRIBUIÇÃO MAIS
EQUILIBRADA DAS COLOCAÇÕES ERASMUS+**



Avaliação da recomendação 19



Taxa de aprovação: 83 %

Recomendação 20

Avaliar as barreiras administrativas com que se deparam os trabalhadores e as entidades empregadoras e formas de superá-las

Recomendamos que a Comissão Europeia faça uma avaliação das barreiras com que se deparam os trabalhadores que participam em programas de mobilidade para fins de aprendizagem (por exemplo, contribuições para a segurança social, pensões). Na sua avaliação, a Comissão deve também ter em conta as necessidades e as motivações das entidades empregadoras para enviar os seus trabalhadores para o estrangeiro. Com base nesta avaliação, a Comissão pode propor novas medidas para superar estas barreiras.

Justificação

Existe o risco, em especial para os trabalhadores, de não poderem deslocar-se para o estrangeiro devido à existência de demasiadas barreiras administrativas, por exemplo, relacionadas com a segurança social ou com as pensões. Os trabalhadores podem transferir facilmente estes benefícios entre Estados-Membros? Os cidadãos precisam de ser apoiados para fazer face a estes desafios administrativos. Por isso, recomendamos que a Comissão Europeia realize um estudo sobre estes desafios, para que possam ser resolvidos de forma eficaz.

Recomendação 20

AVALIAR AS BARREIRAS ADMINISTRATIVAS COM QUE SE DEPARAM OS TRABALHADORES E AS ENTIDADES EMPREGADORAS E FORMAS DE SUPERÁ-LAS

Robustez do apoio
4,8



Recomendação 21

Promoção de uma estratégia de comunicação específica para o Erasmus+

Recomendamos que todos os cidadãos da UE tomem conhecimento do programa Erasmus+ no prazo de três anos. Este objetivo deve ser alcançado através da criação de uma estratégia de comunicação eficaz dirigida a grupos específicos que não têm conhecimento nem estão informados sobre o Erasmus+ e o Corpo Europeu de Solidariedade. Estes grupos incluem, entre outros, pessoas com deficiência, trabalhadores, pessoas desempregadas, pessoas financeiramente desfavorecidas, pessoas que vivem em zonas rurais, pessoas sem qualificações de nível superior e pessoas em risco de exclusão social.

Justificação

Existem muitas oportunidades e programas de mobilidade para fins de aprendizagem, como o Erasmus+ e o Corpo Europeu de Solidariedade. Além disso, já foram criados centros de informação como a plataforma Erasmus+ e a aplicação Erasmus+. No entanto, estas informações não são facilmente acessíveis e não chegam a todos os grupos pertinentes. Consequentemente, recomendamos a fixação de um objetivo: chegar a todos os cidadãos da UE no prazo de três anos, através da criação de campanhas orientadas que permitam chegar a grupos-alvo específicos que possam não ter acesso ou não beneficiar da informação atualmente disponível.

Recomendação 21

PROMOÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO ESPECÍFICA PARA O ERASMUS+



Taxa de aprovação: 89 %

CONTACTAR A UNIÃO EUROPEIA

Pessoalmente

Em toda a União Europeia há centenas de centros Europe Direct. Pode encontrar o endereço do centro mais próximo em linha (european-union.europa.eu/contact-eu/meet-us_pt).

Por telefone ou por escrito

Europe Direct é um serviço que responde a perguntas sobre a União Europeia. Pode contactar este serviço:

- pelo telefone gratuito: 00 800 6 7 8 9 10 11 (alguns operadores podem cobrar estas chamadas),
- pelo telefone fixo: +32 22999696,
- através do seguinte formulário: european-union.europa.eu/contact-eu/write-us_pt

ENCONTRAR INFORMAÇÕES SOBRE A UNIÃO EUROPEIA

Em linha

Estão disponíveis informações sobre a União Europeia em todas as línguas oficiais no sítio Europa (european-union.europa.eu).

Publicações da União Europeia

As publicações da União Europeia podem ser consultadas ou encomendadas em op.europa.eu/pt/web/general-publications/publications. Pode obter exemplares múltiplos de publicações gratuitas contactando o seu centro local Europe Direct ou de documentação (european-union.europa.eu/contact-eu/meet-us_pt).

Legislação da União Europeia e documentos conexos

Para ter acesso à informação jurídica da União Europeia, incluindo toda a legislação da União Europeia desde 1951 em todas as versões linguísticas oficiais, visite o sítio EUR-Lex (eur-lex.europa.eu).

Dados abertos da União Europeia

O portal data.europa.eu dá acesso a conjuntos de dados abertos das instituições, organismos e agências da União Europeia. Os dados podem ser descarregados e reutilizados gratuitamente, para fins tanto comerciais como não comerciais. Este portal também disponibiliza uma série de conjuntos de dados dos países europeus.

